

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PNAP/UAB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

SINESIO GEROMIR KLAUCK

**INCENTIVOS EM ÓLEO DIESEL: POLÍTICA DE FOMENTO AO
DESENVOLVIMENTO RURAL EM MORRO REUTER/RS**

Porto Alegre

2015

SINESIO GEROMIR KLAUCK

**INCENTIVOS EM ÓLEO DIESEL: POLÍTICA DE FOMENTO AO
DESENVOLVIMENTO RURAL EM MORRO REUTER/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal - modalidade à distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr.

Guilherme Ribeiro de Macedo

Porto Alegre

2015

SINESIO GEROMIR KLAUCK

**INCENTIVOS EM ÓLEO DIESEL: POLÍTICA DE FOMENTO AO
DESENVOLVIMENTO RURAL EM MORRO REUTER/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Aprovado em 27 de junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Ma. Aline Louise Kerch

Prof. Dr. Eber Pires Marzulo

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por tudo que conquistei em minha vida e pela força que tenho para encarar os desafios do cotidiano. Também agradeço: à minha família, pelos momentos de convívio e pela compreensão; à equipe do Polo Universitário de Picada Café, do sistema Universidade Aberta do Brasil/MEC, da Escola de Administração da UFRGS e aos idealizadores do Programa Nacional de Formação em Administração Pública, pela oferta do curso; aos defensores da Educação à Distância no Brasil, que acreditam e apostam nesse modelo de ensino, promovendo diversas conquistas na expansão e na interiorização do ensino técnico e superior no país; aos gestores públicos, que muito podem contribuir para a sociedade e para o desenvolvimento; à tutora Esther Engelman Machado, que acompanhou a Turma B de Picada Café na tutoria à distância em grande parte das disciplinas do presente curso; à tutora Patrícia Tometich e ao Orientador Guilherme Ribeiro Macedo, pelo apoio nos momentos de avanço e de conclusão desse trabalho; aos agricultores entrevistados e à categoria em geral, que trazem consigo uma bela história e grande importância para com a sociedade; ao Prefeito de Morro Reuter, Adair Ricardo Bohn, pela amizade e pelas oportunidades proporcionadas; e, no nome deste, aos demais representantes do setor público / ambiente institucional entrevistados, pelo trabalho desenvolvido junto à agricultura familiar e à gestão pública municipal, tendo como fito o progresso e o desenvolvimento.

A humildade exprime uma das raras certezas de que estou certo: a de que ninguém é superior a ninguém.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar qualitativamente a influência da política de incentivos em óleo diesel para o desenvolvimento rural de Morro Reuter, no período de 2011 a 2014. A pesquisa se remete a um estudo de caso, realizado por meio de entrevistas semiestruturadas junto a nove agricultores, que também são representantes de suas comunidades no Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, bem como com os gestores envolvidos na área da agricultura familiar, no setor público e ambiente institucional. Com o uso da pesquisa documental, foram levantados dados e informações dos produtores rurais, como tamanho das propriedades e tipos de produção predominantes. Também foram analisadas as condições de habilitação no programa, formas de utilização do óleo diesel, demandas, desafios atuais e os avanços obtidos com o programa no período pesquisado. As contextualizações dos temas desse trabalho se remetem à caracterização da agricultura familiar em nível local e mundial, ao processo da industrialização difusa e do surgimento da agricultura de tempo parcial, à pluriatividade e à alocação de políticas públicas. Os resultados apontam a predominância de minifúndios na estrutura fundiária, da silvicultura no modo de produção das propriedades rurais do município e a necessidade de atendimento de critérios para a inserção e continuidade do programa, face ao aumento da demanda pelos incentivos em óleo diesel. Também são vistas a necessidade de existir assistência técnica e representatividade para com os agricultores, devido às transformações da era contemporânea, e o crescimento gradativo de investimentos por parte do setor público, visando alavancar o desenvolvimento rural em Morro Reuter/RS.

Palavras-chave: Óleo diesel; Políticas públicas; Agricultura familiar; Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

This paper aims to analyze qualitatively the influence of incentives policy in diesel for rural development of Morro Reuter, in the period from 2011 to 2014. The research refers to a case study, carried out through semi-structured interviews with nine farmers, who are also representatives of their communities in the Municipal Council for Agricultural Development, as well as with the managers involved in the area of family farming in the sector public and institutional environment. With the use of desk research, data were collected and information of farmers, such as size of the properties and types of predominant production. We also analyzed the enabling conditions in the program, forms of use of diesel, demands, current challenges and the progress made with the program in the period surveyed. The context of the themes of this work is refer to the characterization of family farming in local and global level, the process of diffuse industrialization and the rise of part-time farming, pluriactivity and the allocation of public policy. The results show the predominance of small farms in land ownership, silviculture in the production mode of rural properties in the municipality and the need for criteria call for the insertion and continuity of the program, given the increased demand for incentives for diesel. They are also seen the need to exist technical assistance and representation to farmers, due to the transformations of the contemporary era, and the gradual growth of investments by the public sector, aiming to boost rural development in Morro Reuter/RS.

Keywords: Diesel Fuel; Public Policy; Family Farming; Rural Development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

CEASA – Central de Abastecimento

COMDAGRO – Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PPA – Plano Plurianual

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Municípios do COREDE Paranhana-Encosta da Serra.....	16
	Vista aérea do centro da cidade, a partir do Morro da Embratel /	
Figura 2	Felskopf.....	17
Figura 3	Uso do trator na propriedade rural.....	30
Figura 4	Carreta agrícola.....	30
Figura 5	Paisagem rural, em Linha Görden.....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Representatividade dos setores na economia municipal.....	23
Lista de entrevistados / Representantes dos agricultores no	
Tabela 2 - COMDAGRO.....	35
Valores de investimento estimados para os anos 2011, 2012, 2013	
Tabela 3 - e 2014, segundo os Planos Plurianuais 2009-2013 e 2014-2017.....	38
Tabela 4 - Valores investidos em 2011, 2012, 2013 e 2014.....	39
Tamanho das propriedades cadastradas no programa, em	
Tabela 5 - hectares, e representatividade.....	40
Tabela 6 - Quantidade de litros de óleo diesel habilitados e retirados.....	41

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 QUADRO TEÓRICO.....	16
2.1 O MUNICÍPIO DE MORRO REUTER/RS.....	16
2.2 CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR MUNDIAL E LOCAL.....	18
2.2.1 Contextualização e realidade atual.....	18
2.2.2 Agricultura Familiar Local.....	22
2.2.3 Industrialização Difusa e Agricultura de Tempo Parcial.....	24
2.3 POLÍTICAS E GESTÃO PÚBLICA.....	27
2.3.1 Programa Municipal de Incentivos à Agricultura.....	27
2.3.2 Papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.....	31
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
3.1 MÉTODO ESCOLHIDO E JUSTIFICATIVA.....	33
3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	34
3.3 AMOSTRA DE RESPONDENTES DO INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	36
3.4 APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	37
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	38
4.1 LEVANTAMENTO DE DADOS DOS ARQUIVOS DA EMATER/ASCAR E DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA.....	39
4.2 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM OS REPRESENTANTES DO SETOR PÚBLICO / AMBIENTE INSTITUCIONAL.....	42
4.3 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM OS AGRICULTORES / REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES.....	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
6 REFERÊNCIAS.....	52
7 APÊNDICES.....	57
APÊNDICE A Roteiro de entrevistas com os representantes do Setor Público / Ambiente Institucional.....	57
APÊNDICE B Roteiro de entrevistas com os Representantes das Comunidades / Agricultores.....	58
APÊNDICE C Quadro com a quantidade de agricultores inscritos de cada bairro / localidade no Programa de óleo diesel.....	59
APÊNDICE D Quadro com características dos agricultores e propriedades	60

rurais.....	
APÊNDICE E Termos de Consentimento: Representantes do Setor Público e Ambiente Institucional / Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dois Irmãos e Morro Reuter / COMDAGRO / Emater-Ascar / Prefeitura.....	68
APÊNDICE F Termos de Consentimento: Representantes das Comunidades / Agricultores.....	73

1 INTRODUÇÃO

O município de Morro Reuter, criado em 20.03.1992, localiza-se a 65 km da capital gaúcha Porto Alegre e pertence ao Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Paranhana-Encosta da Serra (MORRO REUTER, 2013). Em relação ao contexto agrícola, 350 famílias trabalham segundo os preceitos da agricultura familiar, segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dois Irmãos e Morro Reuter (2014). Esta, por sua vez, pode ser vista com a adoção do trabalho familiar, dentro da mesma unidade de produção, aliado à conjugação de culturas agrícolas com outras atividades atinentes à economia rural (conceito da pluriatividade), tendo como fito a sua reprodução socioeconômica, conforme assevera Schneider (1995, 2009). A agricultura local representou, no ano de 2013, 10,39% da economia do município, configurando-se como a quarta atividade de maior representação econômica em nível local, segundo dados da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento.

A representatividade citada apresenta maior pujança da atividade industrial pela questão da localização próxima da região metropolitana de Porto Alegre, sendo vital destacar o fenômeno da industrialização difusa, que levou à situação de maior representatividade da indústria, mesmo que não tenha gerado a concentração dessa atividade e êxodo rural, conforme Schneider (2009). A realidade atual permite elucidar que aspectos da cultura germânica, que deu origem aos municípios da região, sobretudo em Morro Reuter, ainda estão presentes no cotidiano da população. Destacam-se os plantios diversificados dentro de pequenas propriedades familiares rurais, tendo proeminência a fruticultura, olericultura e a silvicultura, e os hábitos da vida social e cultural, tal como com as associações, prática de esportes e difusão de eventos comunitários.

As transformações contemporâneas, como variações de êxodo rural, processo oriundo do crescimento do setor industrial; necessidade de produzir em pequenos espaços de terra, devido à grande presença de minifúndios; competitividade no setor e desafios à produção e comercialização; impõem ao setor público o desafio de conceder incentivos para que os agricultores familiares se sintam assistidos e fortalecidos, gerando dessa forma, ações concretas para a viabilidade da sua reprodução socioeconômica.

Conforme Campanhola e Silva (2000), à luz das transformações oriundas do processo de globalização, iniciado a partir da redemocratização, na década de 1980, as perspectivas de desenvolvimento local trazem consigo a necessidade de novas formas de adequação das políticas públicas, segundo as peculiaridades locais, nos campos sociocultural, político e econômico. Ademais, é importante citar que, apesar das dificuldades inerentes ao meio rural, cerca de 70% dos alimentos consumidos no mundo são oriundos de propriedades rurais familiares, representadas por mais de um terço da humanidade, segundo dados do Comitê Brasileiro de Agricultura Familiar (2014).

A importância do presente estudo se concentra na tentativa de auxiliar no entendimento e na discussão global acerca do alcance do desenvolvimento rural em Morro Reuter, tendo por base a política agrícola local, através dos incentivos em óleo diesel, que auxilia nas formas de produção de alimentos e bens da economia rural, imbuídos no contexto da agricultura familiar. Ademais, é vital entender a importância desse contexto na vida dos agricultores e a formatação da mesma frente à realidade da economia agrícola na era globalizada.

A concessão de óleo diesel, dentro desse contexto, é uma das alternativas passíveis de auxílio da gestão pública municipal para os agricultores familiares, conforme os programas de incentivos agropecuários existentes. A atuação empírica e o conhecimento prático do trabalho junto aos produtores locais estimularam a ideia de querer entender melhor este contexto, sob a ótica dos efeitos e importância na parte prática, tanto no lado dos produtores, quanto do setor público, aliado à notória importância da agricultura familiar em nosso planeta.

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar qualitativamente a influência da política de incentivos para uso de óleo diesel no desenvolvimento rural local, a partir da Lei Municipal 1.256, de 03 de outubro de 2011, que autoriza a concessão de incentivos em Programas Agropecuários no município, regulamenta a sua concessão, cria serviço de adequação de lavouras e acessos a propriedades rurais, e dá outras providências. Ainda, a análise também englobou como base as leis municipais posteriores, que são a 1.384/2013 e a 1439/2013, que revogam e dão novas redações a artigos da lei acima citada.

Os objetivos específicos visados no estudo foram: a) levantar informações dos produtores rurais quanto ao tamanho das propriedades, tipos de produção e condições de habilitação no programa; b) apresentar o uso de óleo diesel pelos produtores rurais do município, no período de 2011 a 2014; c) analisar os avanços obtidos com a referida política pública, segundo os conceitos de desenvolvimento rural e gestão pública.

A parte teórica deste trabalho se deu junto a arquivos da Secretaria da Fazenda e Planejamento Municipal, Emater/ASCAR, Departamento de Agricultura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, bem como à bibliografia de autores que estudam e contribuem com o contexto da agricultura familiar e da gestão pública dos municípios, sobretudo àqueles ligados às políticas públicas, que, por sua vez, são muito importantes para auxiliar os agricultores e impulsionar a economia.

Na parte prática, foram levantados dados primários, através de entrevistas com roteiros semiestruturados junto a nove agricultores, representantes de suas localidades no Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (COMDAGRO). Ainda, foram entrevistados os representantes do setor público e do ambiente institucional, como o Prefeito, Secretário da Fazenda e Planejamento, Extensionista da Emater/ASCAR, Chefe do Departamento de Agricultura, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Dois Irmãos / Morro Reuter e Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário / COMDAGRO.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, faz-se a apresentação do município nos seus aspectos gerais, além da contextualização da agricultura familiar no município e no mundo. Outro aspecto condiz ao processo da industrialização difusa, que trouxe novos formatos de vida e produção às propriedades, principalmente com a difusão da pluriatividade e da agricultura de tempo parcial. Também é abordada a gestão pública em nível federal e municipal, sob a ótica da alocação de políticas públicas e de incentivos aos agricultores, bem como se apresenta o funcionamento do programa em pauta e o conseqüente papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário junto a estes. O segundo capítulo remete ao método escolhido para o desenvolvimento do trabalho, que se fundamenta em um estudo de caso, de cunho qualitativo. O terceiro capítulo traz a

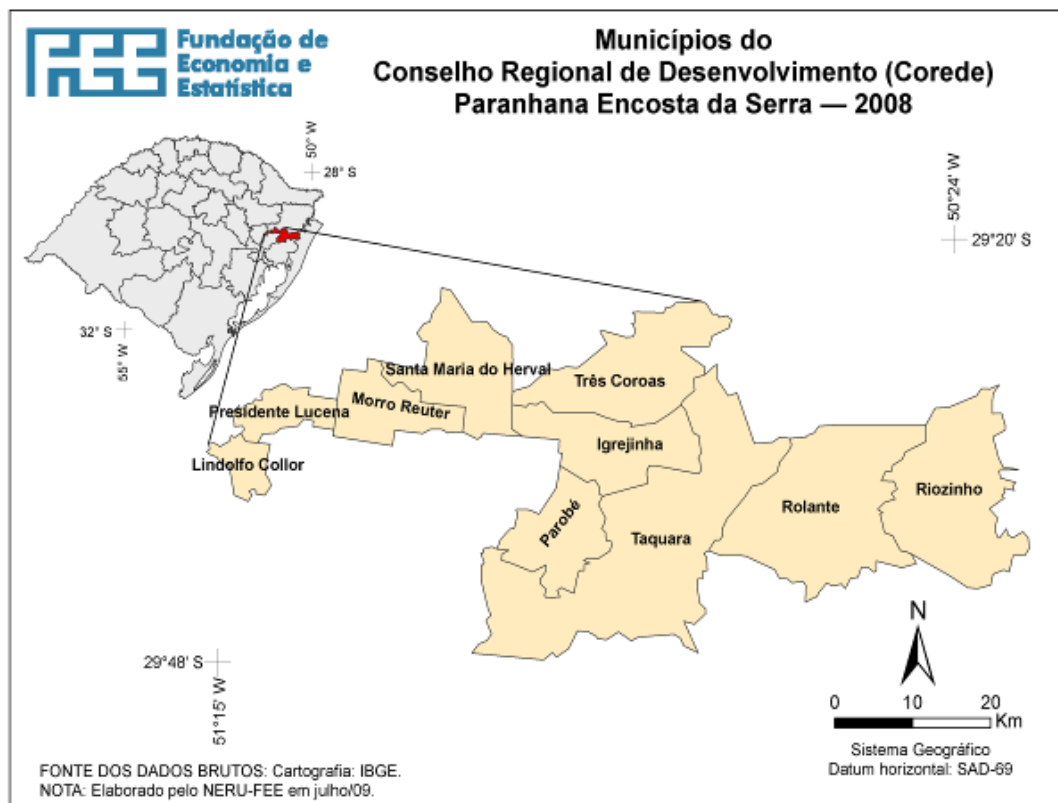
apresentação e a análise dos dados coletados junto aos arquivos públicos acima mencionados, bem como os resultados das entrevistas com roteiros semiestruturados, fatores que possibilitaram comparar as informações e a posterior alocação das definições que dizem respeito a esse contexto.

2 QUADRO TEÓRICO

2.1 O MUNICÍPIO DE MORRO REUTER/RS

A figura 1 apresenta a localização do município dentro do COREDE Paranhana-Encosta da Serra e no Estado do Rio Grande do Sul:

Figura 1: Municípios do COREDE Paranhana-Encosta da Serra



Fonte: FEE (2008)

As suas localidades/ bairros são: Sede/Centro, Linha Görgen, Vila Steil, Planalto, Bela Vista, Paradoiro, Belvedere, Walachai, Picada São Paulo, Linha

¹ O município de Morro Reuter (pronuncia-se Róiter), criado em 20.03.1992 (Lei nº 9.583), tem como município origem Dois Irmãos, possui uma área de 87, 641 km², uma população de 6056 pessoas (5942 são alfabetizadas) e leva como flor-símbolo a Lavanda. Ainda, localiza-se a 65 km da capital gaúcha Porto Alegre; possui uma taxa de analfabetismo de 1,10 %; a densidade demográfica é de 69,10 hab./km²; o orçamento para 2015 é de R\$ 16.450.000, 00; a expectativa de vida ao nascer é de 75 anos e o índice de Desenvolvimento Humano Municipal é de 0, 743, segundo dados do site do município (PREFEITURA DE MORRO REUTER, 2015).

Quatro Cantos, Birckenthal, Batatenthal, São José do Herval, Muckenthal, Franckenthal e Fazenda Padre Eterno.

O município, no que concerne à sua história, foi colonizado por imigrantes alemães, que chegaram à cidade de Dois Irmãos (cidade - mãe) em 1829. Os primeiros moradores tinham o sobrenome “Reuter” e a região central do município está localizado em um altiplano, a 492 metros acima do nível do mar. Ainda, o município é marcado por diversos morros, característica que, juntamente ao sobrenome da família Reuter, foram determinantes para a escolha do nome e posterior emancipação, em 1992. Ademais, anteriormente à colonização alemã, viviam indígenas na região, cujos objetos ainda eram facilmente encontrados no início do século XX, conforme dados do site do município (PREFEITURA DE MORRO REUTER, 2013).

O ponto mais alto do município, Morro da Embratel / Felskopf (cabeça de pedra, traduzido para o dialeto alemão “Hunsrück”), está localizado a 700 metros acima do nível do mar, proporcionando uma vista privilegiada às cidades do Vale dos Sinos, do entorno da região metropolitana de Porto Alegre, bem como do Polo Petroquímico de Triunfo e Morro Ferrabraz, em Sapiranga, ilustrados pela figura 2:

Figura 2: Vista aérea do centro da cidade, a partir do Morro da Embratel / Felskopf



Fonte: Klauck (2014)

2.2 CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR MUNDIAL E LOCAL

2.2.1 Contextualização e realidade atual

A agricultura familiar é vista na atualidade com cerca de três bilhões de agricultores familiares no mundo, constituindo mais de um terço da humanidade e sendo responsáveis por cerca de 70 % dos alimentos que são consumidos. Nessa ordem, as formas de produção, geralmente, são vistas em pequenas propriedades de até 10 ha, sendo que apenas 2% possuem meios tecnificados, utilizando basicamente a força de seus músculos como meio de trabalho, segundo dados do Comitê Brasileiro de Agricultura Familiar (2014).

A agricultura familiar, no contexto de formas de produção, é complementada pela agricultura patronal, empresarial e de grandes propriedades. Estas três últimas, por sua vez, não são vistas no município analisado, mas fazem parte do contexto de grandes regiões produtoras do país. As formas de produção, que variam em cada Unidade de Produção Agrícola (propriedade rural), vão além do espaço utilizado (terra), que é visto em hectares, tendo como premissas também a ideologia e perspectivas do agricultor, disponibilidade de capital, inserção no contexto mercantil e sociocultural regional, bem como pela possibilidade de execução de uma série de atividades de bens e serviços agrícolas, segundo Lovois de Andrade Miguel (2010).

Destarte, destaca-se a definição de atividade agrícola:

A atividade agrícola é complexa, pois combina diferentes recursos (terra e outros recursos naturais, insumos, equipamentos e instalações, recursos financeiros e mão de obra) com um conjunto de atividades distintas (preparo do solo, plantio, fertilização, controle de pragas, colheita, comercialização, etc.). Nesta combinação, existe um grande número de fatores que determinam as práticas agrícolas: o homem atuando na produção, a qualidade dos solos, o clima, as épocas de liberação dos financiamentos e as flutuações de preços, entre outros. Nesse sentido, até mesmo os estabelecimentos especializados em monocultura constituem sistemas de produção complexos (GIASSON; MERTEN, 2010, p. 37).

Malgrado termos a definição do contexto de produção, também é vital citar os riscos dos agricultores no seu cotidiano, sendo estes fatores limitantes apresentados a seguir:

A agricultura apresenta algumas características que a diferenciam das demais atividades. A principal delas é, sem dúvida, o fato de lidar com produção viva (animal e/ou vegetal), com todas as consequências daí decorrentes. Esta característica torna a atividade dependente de ciclos biológicos. Em função disso, verifica-se no processo uma sequência de etapas que são imutáveis. Por exemplo: primeiro, prepara-se o solo; depois, lança-se a semente; espera-se seu ciclo evolutivo; somente então, e no momento adequado, ocorre a colheita. Adicionalmente, esta característica deixa a atividade exposta a riscos, tais como pragas, doenças, secas, tempestades, etc., sendo que muitos desses fatores são de difícil ou nenhum controle (MACHADO; MIGUEL 2010, p. 69).

A diversificação de atividades agrícolas, entretanto, implica em menores riscos frente às situações macroeconômicas, sendo assim uma alternativa, sob a combinação de duas ou mais atividades, que geram rendas complementares e atuação contra a ação de intempéries. Essa perspectiva se insere na lógica da pluriatividade no meio rural local, que compreende a combinação de duas ou mais atividades agrícolas, sendo uma delas a agricultura, segundo Schneider (1995, 2009). Nesse caso, destaca-se também o papel dos agentes da família rural que, com sua dinâmica, conseguem frear a saída brusca da população do meio rural, dando sentido e equilíbrio entre vida e produção, conforme destaca Mattei (2005).

A reprodução da família rural está baseada no uso do conhecimento empírico, além das informações advindas dos meios de comunicação (TV, rádio, internet, jornal), de técnicos e gestores do ambiente institucional (Prefeitura, Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, etc.) e comerciantes (geralmente compradores da produção). Portanto, esse contexto de convívio proporciona ao agricultor a possibilidade de interação sobre assuntos diversos vividos na propriedade rural.

No aspecto legislativo, o ano de 2006 representou, em nível nacional, a sanção da Lei nº 11.326, de 24 de julho, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares. Os objetivos se remetem à busca da descentralização, sustentabilidade, equidade e participação na aplicação de políticas. Nesse caso, cabe ressaltar a difusão desta lei para exemplificar o avanço no reconhecimento desta categoria no contexto socioeconômico brasileiro.

A definição mais atualizada do conceito de agricultor familiar e empreendedor rural, a partir do atendimento do disposto em seu artigo 3º:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

O Art. 4º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, define a propriedade familiar:

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros (BRASIL, 1964);

Sobre o termo “agricultura familiar”, Denardi explica:

O conceito de agricultura familiar é relativamente recente, pelo menos no Brasil. Tem, talvez, uns dez anos. Antes disso, falava-se em pequena produção, pequeno agricultor e, um pouco antes, ainda se utilizava o termo camponês. Em linhas gerais, os empreendimentos familiares têm duas características principais: eles são administrados pela própria família; e neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Vale dizer: a gestão é familiar e o trabalho é predominantemente familiar. Podemos dizer, também, que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo; uma unidade de produção e de reprodução social (DENARDI 2001, p. 1).

Sobre o processo de reconhecimento da agricultura familiar, destaca-se:

o crescimento do termo “agricultura familiar” passa, entre outros motivos, pela recomposição dos movimentos de trabalhadores rurais do campo. As lutas por crédito, por melhoria de preços, por formas de comercialização diferenciadas, pela implementação da regularização constitucional da previdência social rural, por proteção contra a desregulamentação e a abertura comercial indiscriminada (promovida no âmbito dos acordos do MERCOSUL) fizeram a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), aliar-se a outros movimentos emergentes como o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), ligado a CUT, que havia sido criada em 1988. Daí emergiram formas de mobilização e lutas que produziram grande impacto político, tais como as Jornadas Nacionais de Luta, logo a seguir transformadas no Grito da Terra Brasil, movimento anual que persiste até hoje (SCHNEIDER, 2010, p. 515).

Os agricultores familiares, dentro do contexto de produção agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal e agroindustrial trabalham em minifúndios (na maioria dos casos), que são vistos com até um módulo fiscal. Este, por sua vez, é indicado com a medida do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para as áreas mínimas que venham a ser economicamente viáveis. Nesse caso, os agricultores familiares também podem se enquadrar em pequenas propriedades, uma vez que, para esse caso, consideram-se de um a quatro módulos fiscais. No caso de Morro Reuter, as pequenas propriedades vão até a extensão de 72 ha. O valor equivalente a um módulo fiscal no município de Morro Reuter é de 18 ha, conforme orientações do texto de Variações Geográficas do tamanho de módulos fiscais do Brasil (EMBRAPA, 2012).

As definições de minifúndio, pequena propriedade rural e imóvel rural também estão apresentadas no Art. 4, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Para os efeitos desta lei conceituam-se:

- I- Imóvel Rural - o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial;
- II - Pequena Propriedade - o imóvel rural:
 - a) de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;
 - b) (Vetado)
 - c) (Vetado)
- III - Média Propriedade - o imóvel rural:

- a) de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;
- b) (Vetado) (BRASIL, 1993).

Os assuntos acima citados fazem parte do contexto de alcance do desenvolvimento rural, que pode ser entendido como um processo oriundo do reconhecimento da importância da agricultura familiar à sociedade, como um modelo potencial nos campos social, econômico e produtivo do país; à criação e alocação de políticas públicas atinentes às necessidades dos agricultores e com sua participação via entidades de representação e à busca da sustentabilidade, com formas de valorização das características de cada região e da equidade ambiental, segundo Schneider (2010). Ademais, os estudos de Navarro (1999, 2002); Martins (1999, 2003) e Fox (1990), citados por Schneider (2010), trazem para o campo da discussão do desenvolvimento rural que os processos de desenvolvimento geram a emancipação social dos agricultores, bem como a responsabilização (*accountability*), promovendo a democratização na sociedade e uma maior organização nesse meio.

2.2.2 Agricultura Familiar Local

A agricultura de Morro Reuter é representada por 350 famílias, que atuam em 305 propriedades rurais, conforme o modelo da agricultura familiar, de acordo com dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dois Irmãos e Morro Reuter (2014). Ademais, segundo dados do Sindicato citado, quanto à questão da estrutura fundiária, 63 propriedades têm até 5 ha; 183 entre 5,1 e 20 ha; 51 entre 8 e 20 ha; e 8 entre 50 a 100 ha.

Segundo dados do Relatório do índice de participação no retorno de ICMS e de representatividade econômica em Morro Reuter (2013), o setor primário (produção e extração animal e vegetal) ocupa a quarta posição de Valor Adicionado no contexto econômico do município, com 10,39%, ficando atrás da Indústria de Transformação (49,01%), Indústria de Beneficiamento (17,44%), e do Comércio Varejista (10,99%). No âmbito econômico, ainda temos o Comércio Atacadista

(8,82%) e os Serviços diversos sujeitos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS (4,31%).

A tabela a seguir (Tabela 1) apresenta, em forma crescente, a representatividade dos setores na economia municipal:

Tabela 1: Representatividade dos setores na economia municipal

Setor	Representatividade
1. Indústria de Transformação	49,01%
2. Indústria de Beneficiamento	17,44%
3. Comércio Varejista	10,99%
4. Setor Primário (Produção e extração animal e vegetal)	10,39%
5. Comércio Atacadista	8,82%
6. Serviços diversos sujeitos à ICMS	4,31%

Fonte: Hickmann e Schaurich (2013, p. 3).

O setor primário, representado pela produção e extração animal e vegetal, em comparação ao ano anterior, 2012, teve um crescimento de 21 %, ocupando o quarto lugar no Valor Adicionado da economia do município. No Estado, este foi visto na ordem de 7,79%, de acordo com dados de Hickmann e Schaurich (2013).

A produção local, baseada na fruticultura, olericultura e a silvicultura, é escoada principalmente para o mercado da região do Vale do Rio dos Sinos e grande Porto Alegre, destacando-se mercados, fruteiras, indústrias em geral (coureiro-calçadista, no caso da silvicultura, e cooperativas, no caso do leite); refeitórios de empresas e restaurantes (principalmente no caso da fruticultura e olericultura); centrais de abastecimento (principalmente CEASA); escolas municipais (programa de merenda escolar, com 11 famílias cadastradas); Feira do produtor (09 famílias participantes); Chamada Pública de Leite (34 famílias cadastradas); segundo dados do Informativo do município (Prefeitura de Morro Reuter, 2015).

A agricultura local pode ser vista, na maioria dos casos das famílias rurais do município, sob a ótica da pluriatividade, que pode ser entendida como:

Assim como a entendemos, a pluriatividade que ocorre no meio rural refere-se a um fenômeno que pressupõem a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura. Estas atividades são exercidas por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção), que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família (SCHNEIDER, 2009, p. 3).

Segundo Schneider e Waquil (2001), o município está inserido no grupo por estes classificados como C, que engloba municípios pequenos, desenvolvidos e relativamente rurais. Nesse grupo, formado por 123 municípios do centro-norte gaúcho, percebe-se a menor média de hectares por propriedade no estado, com 17,39 ha que, por sua vez, representa cerca de 80% das propriedades rurais gaúchas. Sobre seu contingente, cerca de 50% vivem em áreas consideradas rurais, sendo vistas dentro do contexto de tranquilidade.

A partir do exposto, cabe destacar o pensamento de Diamond, (2003) e Olson (2003) citado por Assad e Almeida (2004, p. 2), que “ao longo da história da humanidade, a agricultura influencia e é influenciada por mudanças políticas, sociais e culturais”. Por fim, o espaço rural é uma fonte de estabilidade e de segurança, dentro do contexto de uma sociedade cada vez mais artificial, sendo *mister* citar também que uma política sólida de desenvolvimento rural é, além de uma opção de escolha, um imperativo político, segundo Ray Mac Sharry *apud* Covas (1953).

Sobre o contexto supracitado, é importante também citar o pensamento de Marshall e Rossman (1989) *apud* Alves – Mazzoti e Gewandsnajer (2008, p. 8), quando destacam que “a significância de um estudo pode ser demonstrada indicando sua contribuição para a construção do conhecimento e sua utilidade para a prática profissional e para a formulação de políticas”.

2.2.3 Industrialização Difusa e Agricultura de Tempo Parcial

O município, na década de 1970, sofreu um período de estagnação econômica, devido à construção das rodovias BR-101 e de São Vendelino, no Vale do Caí, fato que gerou um maior fluxo de veículos naquela região. Em 1980, com a

instalação de indústrias em nível local e na cidade-mãe, Dois Irmãos, muitos imigrantes vieram estabelecer moradia na cidade, gerando novas possibilidades econômicas e diversificação na atividade social, esportiva e cultural do município, (PREFEITURA DE MORRO REUTER, 2013). Aliado a essas transformações, é importante citar a localização do município dentro da rota da BR-116, possuindo aproximadamente 10 km de extensão, entre Dois Irmãos e Picada Café. Ademais, a localização próxima do Vale do Rio dos Sinos e região metropolitana de Porto Alegre favorece o escoamento da produção como um todo.

As formas de produção agrícola da população em geral do município que, na maioria dos casos, possui eurodescendência, principalmente alemã, aliada ao contexto da industrialização, possui uma característica em comum com a dos imigrantes, que chegaram ao estado do Rio Grande do Sul a partir de 1824. Nesse caso, estes desempenhavam atividades industriais em suas cidades de origem, tendo se desconectado desse modo de vida quando da chegada no Brasil, momento em que trouxeram à região os modos de produção agrícola e de sociedade camponesa, que são elementos ainda hoje vistos, tanto dentro das propriedades quanto nas formas econômicas da região, segundo Alvez e Silveira (2008).

O processo da industrialização difusa, estudado por Sérgio Schneider (1995), refere-se ao processo da descentralização regional de empresas que, a partir da década de 1980, haviam conseguido a entrada no mercado externo, favorecendo assim, seu aumento de produção e a descentralização/ interiorização, ou seja, a abertura de filiais nos municípios pequenos, do interior. Concomitante a isso, a própria formação emancipacionista dos municípios da região foi fator decisivo ao favorecimento de entrada das indústrias nas cidades da região, pois estes necessitavam desenvolver sua economia para ter solidez e segurança de progresso frente à crise agrícola da época.

A industrialização, que exerceu o recrutamento da mão de obra excedente no meio rural, veio a contribuir fortemente nessa questão sendo, portanto, um elemento central para a caracterização de sua maior representatividade setorial na economia local nos tempos atuais, com aproximadamente 70% do valor adicionado (HICKMANN; SCHAURICH, 2013). Surge então, um novo tipo de trabalho na agricultura, denominada por Schneider (1995, p. 2) de "*agricultura em tempo-parcial*" (ou "*part-time farming*"), ou seja, com adesão das famílias à pluriatividade, bem como à forte incidência da acaciocultura, que antes já era uma fonte de renda, mas

a partir desse período, altera a paisagem rural local, modificando tonalidades de marrom e amarelo das roças, para o verde dominante de suas matas.

A acácia-negra, dentro do campo da silvicultura, pode ser representada com conceito de “cultura de abandono”, sendo possível a consorciação com outras atividades da economia rural. Nesse sentido, destaca-se que:

A denominação de cultura de abandono à acaciocultura deve-se a dois motivos: o primeiro, referente ao cultivo propriamente dito, pois esta atividade exige pouco tempo de trabalho e dispensa cuidados específicos de manejo após completar um ano de idade; o segundo motivo refere-se ao *abandono* simbólico da penosidade do trabalho agrícola do colono pelo emprego assalariado na indústria enquanto sua terra permanece *produzindo*, ou melhor, a floresta de acácia desenvolve-se (SCHNEIDER, 1994, p. 205).

A silvicultura trata da implantação e regeneração de florestas, visando atender a interesses nos campos ecológico, científico e socioeconômico. No estado do Rio Grande do Sul, existem cerca de 650 milhões de hectares de florestas plantadas, ou seja, com espécies exóticas, destacando-se a acácia-negra, o eucalipto e o pinus. Esse valor corresponde à aproximadamente 2,3 % da área territorial do estado. No que tange à sua utilização, podemos citar o abastecimento das indústrias de papel e celulose, bem como dos setores moveleiro, da construção civil, da produção de lenha para a obtenção de energia, de carvão vegetal e de uso geral nas propriedades rurais. Por outro lado, as florestas nativas ocupam cerca de 20% na atualidade, segundo dados fornecidos por Dirceu Luis Slongo (EMATER/ASCAR, 2015).

A silvicultura está presente na imensa maioria das propriedades rurais do município, conforme será apresentado no capítulo 4, de Apresentação e Discussão dos Resultados. A acácia-negra pode ser vista em diferentes tipos e tamanhos, podendo esta ser vendida com casca, gerando celulose; ou somente sua casca, para o beneficiamento do couro; para vendedores locais/regionais, que levam esse produto a indústrias dos vales do Paranhana e dos Sinos. Ademais, a acácia-negra serve como matéria-prima para a produção do carvão vegetal, gerando assim, renda e alternativas no meio rural local.

2.3 POLÍTICAS E GESTÃO PÚBLICA

As políticas públicas funcionam como instrumentos de estruturação de interesses da coletividade a fim de promover o planejamento, a racionalização e a participação popular (BUCCI, 2001). Ademais, estas devem buscar na sua execução, segundo Silva (2010, p. 204) “a efetividade, eficácia e eficiência, de modo a possibilitar uma efetiva inclusão social”. As políticas públicas podem ser transformadas em leis, programas ou linhas de financiamento que orientam ações que envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002). Ainda, Teixeira (2002, p. 2), salienta que “elaborar uma política pública significa decidir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem”.

Segundo o art. 23, da Constituição Federal de 1988, “é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar”. Também se destaca o art. 17, item I, da Lei Orgânica municipal, que “cabe ao Município, no exercício da sua autonomia, organizar-se juridicamente, decretar leis, atos e medidas de seu peculiar interesse”.

As colocações mencionadas acima, de Bucci (2001) e Teixeira (2002), além da legislação citada em nível federal e municipal são importantes para fundamentar o arcabouço de leis que regem o funcionamento das atividades na sociedade. No caso específico desse trabalho, temos a organização do município quanto à elaboração da lei/programa que auxilia os produtores rurais locais com diferentes tipos de incentivo. Vale destacar que as iniciativas governamentais quanto ao surgimento foram tomadas a partir de 2001, dando início à execução de programas locais. Estes, por sua vez, geraram experiências importantes que serviram, a *posteriori*, para a implementação das leis que estão em vigor, destacando a 1.256/2011, 1.384/2013 e 1.439/2013, que são objetos diretos desse trabalho.

2.3.1 Programa Municipal de Incentivos à Agricultura

A partir de reivindicações e avanços nas experiências por parte dos produtores rurais, aliadas à defesa dos interesses da categoria, por parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e pelos representantes do escritório da

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) local, bem como a necessidade e intenção de governo em melhorar a política municipal de incentivos aos agricultores, cria-se a Lei Municipal nº 1256/2011, que autoriza a concessão de Incentivo em Programas Agropecuários no Município, regulamenta a sua concessão, cria serviço de adequação de lavouras e acessos a propriedades rurais, e dá outras providências. Em seu art. 1º, tem-se a seguinte definição:

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Morro Reuter, a conceder incentivo aos Programas Agropecuários instituídos na presente Lei, obedecidas as condições e limites estabelecidos para cada programa:

- a) Os benefícios e incentivos autorizados pela presente lei são exclusivos para aplicação às áreas agrícolas produtivas, localizadas no território de Morro Reuter (MORRO REUTER, 2011, p. 1).

O Art. 12º da referida lei traz o seguinte texto:

Art. 12º – Fica previsto na presente lei, o incentivo a produção primária, sendo que a cada R\$ 40,00 (quarenta reais) de produção, devidamente comprovada no Bloco do Produtor, terá direito o beneficiário a um litro de óleo diesel, limitado o benefício a 400 l (quatrocentos litros) de óleo diesel por grupo familiar ao ano (MORRO REUTER, 2011, p. 8).

Ainda, segundo o artigo 5º, da Lei 1384 / 2013, que revoga o Art. 4º, dá nova redação aos Art. 5º e Art. 6º da Lei Municipal n. 1.256/2011, de 03 de março de 2011, e dá outras providências, “fica limitado o custeio total de 20.000 l (vinte mil litros) de óleo diesel por exercício financeiro, para todos os programas de incentivo aos agricultores”.

Destaca-se também o art. 1º, da Lei Municipal 1.439/2013, tendo como redação:

Art. 1º I - Serão concedidos os benefícios aos agricultores com cadastro comprovado de Inscrição Estadual de Produtor Rural, junto ao Setor de Produção da Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento, que atenderem aos critérios estabelecidos para a concessão de incentivo, na forma dos programas de incentivos agrícolas previstos nesta lei, devidamente requeridos e autorizados pelos gestores do programa no Setor de Produção Agrícola do município (MORRO REUTER, 2013, p. 1).

O funcionamento deste programa passa pela análise de diversos setores/entidades, como EMATER/ASCAR, COMDAGRO, Secretaria de Obras e Fazenda, conforme artigo 1º - III, da Lei Municipal 1256/2011;

III – Fica autorizada a EMATER/ASCAR, conveniada ao Município de Morro Reuter, a receber o pedido de incentivo e conseqüentemente o envio do pedido para a aprovação do COMDAGRO, que após a avaliação e emissão de Parecer Favorável à concessão do incentivo, devolverá o pedido a EMATER/ASCAR de Morro Reuter/RS, que efetuará o protocolo do serviço junto ao setor de Protocolos do Município, para que o mesmo seja executado e acompanhado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, após a verificação de viabilidade financeira pela Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento, observados os limites fixados para os programas (MORRO REUTER, 2011, p. 2).

A possibilidade de convênio do município com a Emater/Ascar está fundamentada no art. 122, Capítulo III - Da política agrícola e fundiária, da Lei Orgânica municipal (2006), com o seguinte texto: “o Poder Público Municipal apoiará a manutenção dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural mediante recursos próprios”.

O óleo diesel, matéria-prima utilizada no programa de incentivos em pauta, é um combustível derivado do petróleo, formado por hidrocarbonetos (carbono e hidrogênio) e com baixas concentrações de enxofre, nitrogênio e oxigênio. Sua aplicação se remete ao fornecimento de energia e para a movimentação de máquinas e motores, tendo como exemplos caminhões, tratores, automóveis de passeio e furgões (ALVES, 2015).

As Figuras 3 e 4 ilustram o trator e a carreta agrícola na propriedade rural, que por sua vez, possibilitam diversos tipos de trabalhos no cotidiano dos produtores rurais. O óleo diesel também é utilizado em micro tratores e motores estacionários. Na Figura 1, o agricultor utiliza o trator para lavrar a terra e como meio de transporte. Na Figura 2, por sua vez, destaca-se a carreta agrícola como meio de transporte dos insumos e equipamentos.

Figura 3: Uso do trator na propriedade rural



Fonte: Klauck (2014)

Figura 4: Carreta agrícola



Fonte: Klauck (2015)

No contexto da Lei Municipal 1.256/2011, podem ser vistos os seguintes tipos de serviços públicos: incentivo à recuperação do solo, com transporte de calcário e adubo orgânico; incentivo à produção leiteira, com aquisição de sêmen e inseminação artificial; adequação de lavouras e melhorias de acessos, com uso de trator de esteira e retroescavadeira; incentivo à produção silvícula, com o subsídio de frete das mudas de acácia-negra e eucalipto, do viveiro até a propriedade rural; incentivo à produção primária e à produção hortigranjeira, com adequação do solo, para construção de estufas, de açudes ou cisternas para irrigação, por meio de serviços de retroescavadeira ou trator de esteira.

Sobre o contexto de programa de incentivos local, é importante citar alguns dados obtidos junto ao Informativo do município para o ano de 2014 (PREFEITURA DE MORRO REUTER, 2015):

- Serviço de máquinas: 119 cadastros;
- Transporte de insumos: 124 cargas de saibro, brita e areia;
- Transporte de cargas de esterco: 15;
- Óleo diesel: 132 famílias se cadastraram e se habilitaram a receber 26.350 litros;
- Transporte de calcário: 135 toneladas a granel e 2141 sacos de calcário ensacado;
- Produção de lavanda: flor-símbolo do município; implantação de doze mil mudas em 7 propriedades, para fomentar a plantação;
- Acácia-negra: entrega de cento e oitenta mil mudas à quarenta famílias.

2.3.2 Papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (COMDAGRO)

A política agrícola local é assistida e orientada pelas análises do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (COMDAGRO), que realiza reuniões mensais, a fim de discutir e aprovar deliberações sobre assuntos atinentes à

agricultura e à busca do desenvolvimento rural no município. De acordo com o disposto no Capítulo IV - Dos conselhos municipais, da Lei Orgânica do município:

Art. 99 Os Conselhos Municipais são órgãos de cooperação governamental que têm por finalidade auxiliar a administração na orientação, planejamento, fiscalização e julgamento da matéria da sua competência.

Art. 100 A lei especificará as atribuições de cada conselho, sua organização, composição, funcionamento, forma de nomeação do titular e suplente, e prazo de duração do mandato.

Art. 101 Os Conselhos Municipais são constituídos de forma paritária, observando-se a representatividade da administração, das entidades públicas, classistas e da sociedade civil organizada (MORRO REUTER, 2006, p. 28).

A partir do ano de 2013, a Prefeitura Municipal, através do Setor de Fiscalização, da Secretaria da Fazenda e Planejamento, alocou ações para gerar avaliações periódicas sobre a realidade das propriedades. As visitas, que representam as ações práticas, auxiliam o Conselho, que não tem caráter de fiscalização, mas de acompanhamento e deliberação, bem como aproximam este dos agricultores. Nesse caso, o objetivo é a distribuição correta do limite de litros de óleo diesel que, sob o artigo 5º da Lei Municipal 1384 / 2013, são vistos com o número de 20.000 (vinte mil). Complementarmente, também se destaca esta aproximação pelo fato de que a demanda está cada vez mais crescente, o que determina maior rigor na concessão e maiores dificuldades por parte do setor público em relação à alocação de incentivos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 MÉTODO ESCOLHIDO E JUSTIFICATIVA

Os objetivos da pesquisa remetem-se à natureza exploratória, tendo, como premissa, gerar:

maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007, *apud* GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 37).

Os dados e a fundamentação teórica serão complementados pela abordagem qualitativa e a adoção de estudo de caso. A pesquisa qualitativa, conforme salientam Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), “não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”.

As características da pesquisa qualitativa são:

objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 32).

Conforme ressalta Gil (2002, p. 141), “nos estudos de caso, os dados podem ser obtidos mediante análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação participante e análise de artefatos físicos”. Nesse sentido, de acordo com Yin (2001), o estudo de caso requer: questões de um estudo, procurando responder “o que”, “onde”, “como”, “quando” e “por que”; suas proposições, relacionadas ao exame do escopo de estudo; unidade(s) de análise; a

lógica que une os dados as proposições; e os critérios para se interpretar as descobertas.

Segundo Fonseca:

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33).

Destarte, Gil (2002, p. 55), salienta que esta sistemática proporciona “... uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados”. Ainda, de acordo com Yin 2001 *apud* Gil (2002, pg. 54), o estudo de caso “... é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos”.

A vivência junto a agricultores locais e o conhecimento prático do trabalho justificam a ideia de organizar esse trabalho na ótica do estudo de caso. A apresentação de dados de uso de óleo diesel pelos produtores rurais do município, no período de 2011 a 2014, se dá em virtude da ausência de dados computados em anos anteriores por parte do Departamento de Agricultura, bem como para facilitar o a análise qualitativa em um período definido.

3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O levantamento de dados secundários foi realizado junto aos arquivos da Secretaria da Fazenda Municipal, Emater/ASCAR, Departamento de Agricultura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, caracterizando-se como pesquisa documental, segundo Zanella (2009). A pesquisa bibliográfica, com arquivos externos a estas

organizações (legislação do contexto, sites, livros, apostilas), segundo Fonseca (2002, p. 31), “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”.

A população da pesquisa remeteu-se à coleta de dados em campo/primários, inserida no procedimento de estudo de caso, através de entrevistas semiestruturadas, de cunho qualitativo, junto aos representantes do ambiente institucional, como Prefeito, Secretário da Fazenda e Planejamento, Extensionista da Emater/ASCAR, Chefe do Departamento de Agricultura, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dois Irmãos / Morro Reuter e Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário – COMDAGRO.

A outra parte das entrevistas compreendeu os agricultores, que são representantes de suas comunidades no Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário – COMDAGRO. Nesse caso, foram entrevistados 9 (nove) representantes no mês de abril, a seguir descritos na tabela 2:

Tabela 2 - Lista de entrevistados / Representantes dos agricultores no COMDAGRO

Função	Localidade
Representante	Linha Cristo Rei, Linha Quatro Cantos e Grupo de Feirantes
Representante	Picada São Paulo e Birckenthal
Representante	São José do Herval e Muckenthal
Representante	Franckenthal
Representante	Fazenda Padre Eterno
Representante	Linha Görden, Grupo de Feirantes e Sindicato Rural
Representante	Walachai e Batatenthal
Representante	Associação de Piscicultores e Linha Görden
Representante	Grupo de Mulheres/Emater/Morro Reuter

Fonte: Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (2015)

As comunidades do Centro/Planalto e Vila Steil, que possuem 15 agricultores, por sua vez, não possuem um representante no Conselho, por falta de interessados. As demais localidades do município, como Belvedere, Bela Vista e Paradoiro,

também não possuem representantes, pelo fator de estas não possuírem propriedades e características rurais.

Os roteiros foram construídos a partir de indagações a respeito do programa, de modo a possibilitar o entendimento do seu funcionamento e seus impactos no cotidiano do público-alvo. Estes se encontram na seção Apêndices (A1 e A2). Dessa forma, a entrevista semiestruturada fundamenta-se de um roteiro previamente delimitado, que pode ser complementado com o diálogo e interação social junto aos entrevistados, de forma que seja possível obter dados e informações de acordo com o posicionamento e opiniões destes, conforme assevera Gil (2008). Complementarmente, cabe destacar:

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca de suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (SELLTIZ et al 1967, p. 273 apud GIL 2008, p. 109).

A partir das entrevistas, procurou-se triangular os dados, a fim de que possa ser analisada a coesão entre as respostas dos entrevistados, tendo como fito observar qualitativamente e de forma holística a influência da política pública em pauta.

3.3 AMOSTRA DE RESPONDENTES DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

Os dados primários coletados, com entrevistas semiestruturadas, serão imbuídos na técnica de amostragem não probabilística (qualitativa). Ainda, a análise da amostragem assevera a importância da análise de conteúdo/discurso, de modo que se possa entender a coesão entre a teoria e a prática do instrumento legal em pauta. Nesse caso, a seleção das pessoas entrevistadas se deu em vista da dificuldade de conseguir entrevistar todos os agricultores que demandam óleo diesel do programa, bem como pelo papel de representação que estes atores sociais possuem junto às suas comunidades. Dessa forma, no momento das reuniões mensais do Conselho, as demandas de cada comunidade são colocadas em pauta,

a fim de serem discutidas posteriormente com os entes do ambiente institucional (Prefeitura, Emater/ASCAR e Sindicato dos Trabalhadores Rurais).

3.4 APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

As 14 (catorze) entrevistas foram realizadas no mês de abril, com a devida ciência dos entrevistados, através das autorizações formalizadas em Termos de Ciência, apresentados na seção dos Anexos E e F. As entrevistas com os representantes do ambiente institucional foram realizadas nos gabinetes das respectivas autoridades. Por outro lado, as entrevistas com os representantes das comunidades foram feitas nas propriedades rurais, com o uso do dialeto alemão “Hunsrück”, o qual é utilizado pela população em pauta no seu cotidiano. Estas foram feitas de forma própria, com anotação das respostas dos entrevistados em rascunhos, para posterior transcrição e digitação do texto. Por fim, a análise das respostas foi alocada conforme a interpretação das colocações dos entrevistados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A apresentação dos dados secundários, obtidos junto à Secretaria da Fazenda Municipal, Departamento de Agricultura, Emater/ASCAR e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, bem como da triangulação destes com as entrevistas feitas junto aos atores sociais desse contexto formam a base de sustentação do presente capítulo. A partir do entendimento da realidade vista no município, é possível diagnosticar e visualizar o andamento da política agrícola local.

Em consulta aos Planos Plurianuais 2009-2013 e 2014-2017, foram observadas as estimativas de investimentos para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, dentro do contexto agropecuário municipal. O Anexo 4 (Quatro) dos referidos Planos Plurianuais (Produtor Rural / Investimentos Agropecuários), aponta as seguintes estimativas, apresentadas na Tabela 3:

Tabela 3: Valores de investimento estimados para os anos 2011, 2012, 2013 e 2014, segundo os Planos Plurianuais 2009-2013 e 2014-2017

Plano Plurianual - PPA	Valor de investimento estimado para 2011	Valor de investimento estimado para 2012	Valor de investimento estimado para 2013	Valor de investimento estimado para 2014
PPA 2010 – 2013	7.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 10.000,00	-
PPA 2014 – 2017	-	-	-	R\$ 5.000,00

Fonte: Secretaria da Fazenda e Planejamento (2015)

Em consulta aos dados do Setor de Contabilidade (Razão de Empenho Orçamentário – Recursos Agropecuários), da Secretaria da Fazenda e Planejamento, foi observado o investimento concreto com o pagamento, entre 2011 e 2014, dos seguintes recursos, conforme a tabela 4:

Tabela 4: Valores investidos em 2011, 2012, 2013 e 2014

Secretaria da Fazenda e Planejamento	Valor investido	Modalidade Secretaria de Administração
2011	R\$ 25.557,54	Pregão Presencial
2012	R\$ 39.747,25	Pregão Presencial
2013	R\$ 49.819,56	Pregão Eletrônico
2014	\$ 53.352,00	Pregão Eletrônico

Fonte: Secretaria da Fazenda e Planejamento (2015)

A partir dessa ilustração, percebe-se que foram feitos investimentos acima do previsto no que concerne aos valores apurados do aspecto Recursos Agropecuários – Anexo 4. Nesse caso, o valor foi, em média, quatro vezes superior ao valor estimado, o que por sua vez aponta duas situações: gradativo aumento da demanda pelos incentivos, maiores investimentos por parte da Prefeitura e a previsão inferior de necessidade de alocação de valores por parte do Setor de Contabilidade, quando da elaboração do plano.

4.1 LEVANTAMENTO DE DADOS DOS ARQUIVOS DA EMATER/ASCAR E DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

O levantamento de dados junto aos arquivos do escritório da Emater local e do Departamento de Agricultura, conforme quadro inserido na seção Apêndices (B), apontou que, em 105 dos 175 cadastros, a produção que predomina nas áreas cadastradas remete-se à silvicultura, ou seja, 60% dos casos. Por outro lado, em 70 casos, existem diferentes tipos de cultivo e de produção, nos campos da olericultura, fruticultura, avicultura, bovinocultura de leite e grãos, por exemplo.

As propriedades, no total desses cadastros, apresentam uma dimensão territorial aproximada de 2597,39 hectares. Dentro desse contexto, nas áreas aonde predomina a silvicultura (105 cadastros), o total de hectares plantados se remete a 1150 hectares, sendo vista a média de 10,9 hectares por propriedade. Destaca-se, nesse caso, o plantio de eucalipto e acácia-negra. No caso do restante de cadastros

(70), aonde predomina a produção diversificada, o total de hectares é visto com 436,2 hectares. A média é de 6,23 hectares por propriedade.

As propriedades rurais, dentro do contexto de minifúndios e pequenas propriedades, podem ser assim classificadas quanto à sua estrutura (Tabela 5):

Tabela 5: Tamanho das propriedades cadastradas no programa, em hectares, e representatividade

Tamanho das propriedades, em hectares	Número	Representatividade
0,1 a 10 há	69	39,5%
10,1 a 18 há	50	28,5%
18,1 a 30 há	42	24%
Maior que 30,1 há	14	8%

Fonte: Adaptado de Emater/ASCAR e Departamento de Agricultura de Morro Reuter (2015)

A tabela acima apresenta os percentuais da estrutura fundiária das 175 propriedades rurais cadastradas no último levantamento feito para cada caso. Nesse sentido, dentre estes cadastros, pode-se verificar que, na maioria dos casos (68%), a realidade é vista com a presença de minifúndios, que são propriedades de até 18 hectares para o caso local, conforme ressaltado anteriormente. Em 32 % dos casos, as propriedades possuem mais de 18 hectares, caracterizando-se como pequenas propriedades, segundo dados da Embrapa (2012).

Os dados acima, se comparados com a totalidade de propriedades do município que, segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dois Irmãos e Morro Reuter (2014), é vista com o número de 305 estabelecimentos, para 350 famílias, trazem uma situação similar com os dados do presente levantamento. Nesse caso, o levantamento para estas 305 propriedades também aponta a presença de minifúndios na maioria dos casos.

A totalidade de cadastros (175), também expressa uma realidade que se expande à região: envelhecimento rural. Esta constatação pode ser feita com a comparação do número de famílias que vivem da agricultura, que são 350. Dessa forma, a comparação entre o número de cadastros e número de famílias apresenta uma distância expressiva, pois o total de cadastros representa apenas 50% da população de agricultores do município. Nesse sentido, se as 350 famílias estivessem demandando os incentivos em óleo diesel, a estrutura de atendimento

deveria estar sendo bem mais ampla. Um exemplo seria a alocação de, no mínimo, o valor em dobro de litros de óleo diesel, de forma estimativa.

Os agricultores / famílias que estão cadastrados no Programa (175), estão espalhados da seguinte forma no município: Fazenda Padre Eterno (35); Walachai (34); Planalto / Sede (10); Linha Görgen (19); Birckenthal (11); Franckenthal (13); Picada São Paulo (7); Linha Cristo Rei (16); Muckenthal (6); São José do Herval (16); Vila Steil (5); Linha Quatro Cantos (3).

Os números da Tabela 6 apontam a quantidade de litros de óleo diesel habilitados e a quantidade retirada pelos agricultores, entre 2011 e 2014:

Tabela 6: Quantidade de litros de óleo diesel habilitados e retirados

Ano	Total de litros habilitados	Total de litros retirados
2011	18569	15658
2012	23508,5	21718,5
2013	25737,5	24009
2014	26348	21137

Fonte: Emater e Departamento de Agricultura de Morro Reuter (2015)

A quantidade litros retirados excede, para os anos de 2012, 2013 e 2014, o limite de litros de óleo diesel previstos, conforme o artigo 5º, da Lei 1384 / 2013, que prevê 20.000 litros. Porém, o equilíbrio de litros por ano é seguido para o valor estabelecido, sendo que, o excedente é englobado para o ano seguinte, conforme orientações do Departamento de Agricultura local (2015).

As propriedades, conforme seu tamanho em hectares, foram levantadas segundo o último ano de inserção possível no programa (2014), ou então, em relação ao último ano de cadastro (2011, 2012 ou 2013). Nesse sentido, foram observadas variações no que concerne a este contexto, entre 2011 e 2014, em relação aos cultivos observados ao longo desse período. Essas variações são oriundas, por exemplo, da adoção de contratos agrícolas, de acordos informais e de venda de áreas, que por sua vez, dificultam a coesão e uniformidade de dados para os quatro anos em pauta. Entre o período de 2011 a 2014, o total de famílias cadastradas é de 175, sendo que, em 83 propriedades, que equivalem a

aproximadamente 48% dos casos, tivemos essas variações. Ademais, em 92 casos, o tamanho de hectares permaneceu inalterado nos quatro anos.

A Figura 5 retrata uma paisagem rural, da localidade Linha Görgen, que é marcada preponderantemente pela silvicultura e por diversos cultivos agrícolas:

Figura 5: Paisagem rural, em Linha Görgen



Fonte: Klauck (2014)

4.2 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM OS REPRESENTANTES DO SETOR PÚBLICO / AMBIENTE INSTITUCIONAL

As entrevistas com os representantes do ambiente institucional apontaram um objetivo comum para o fundamento do programa: incentivar os agricultores, para que estes possam se sentir mais valorizados, manter os jovens no meio rural, produzir em maior escala, obter maior renda, ter melhor qualidade de vida e manter a família no meio rural. A contrapartida destes ao município, por sua vez, se remete à arrecadação municipal, pois os programas estão vinculados ao valor em notas que o produtor tem em seu bloco de produtor em vendas de produção agrícola. O aumento

da produção, seguido da emissão de notas de produtor, traz ao município um incremento no aumento do índice de participação no retorno do ICMS (Índice de Circulação de Mercadorias e Serviços) do Estado, podendo este, como contrapartida, avançar no contexto da prestação de serviços e na gestão como um todo.

A inserção no Programa de óleo diesel está vinculada aos critérios a seguir citados, são necessários:

- Ser agricultor familiar;
- Comprovar a produção agrícola no exercício civil anterior à solicitação;
- Ter apresentado seu bloco de produtor junto ao setor de produção agrícola do município dentro dos prazos estipulados;
- Ser fiel nas declarações de dados solicitadas, como por exemplo, quantidade de hectares plantados e tipos de culturas agrícolas;
- A aplicação do incentivo do programa deve ser em área agrícola localizada no município de Morro Reuter;
- Aplicar os insumos ou realizar o serviço conforme solicitado no protocolo;
- Possuir a comprovação de área de terras própria ou arrendada e não estar em dívida ativa com o município.

O atendimento dos critérios supracitados proporciona o direito de recebimento de óleo diesel por parte dos agricultores que, por terem tipos de produção e quantidades diferentes, também recebem proporcionalmente litros de óleo diesel, conforme sua realidade. Ademais, devem ser seguidas as seguintes etapas: fazer o pedido/protocolo de incentivo junto ao Departamento da Agricultura/Emater, sendo que posteriormente este protocolo é analisado na reunião mensal do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (Comdagro). Após a avaliação do mesmo, sendo o parecer favorável, este protocolo é encaminhado ao setor de protocolos da Prefeitura Municipal. Este é encaminhado à Secretaria Municipal da Fazenda e, não havendo pendências do solicitante junto a esta secretaria e tendo a viabilidade financeira aprovada, o protocolo é deferido, com a seguida execução do serviço. Nesse caso, o agricultor pode retirar a quantidade de litros de óleo diesel aprovados no Posto de Combustíveis licitado.

Os incentivos em óleo diesel, aliados ao contexto da distribuição de calcário e de transporte de insumos, podem ser verificados com acompanhamentos para uma correta aplicação, por parte do Departamento de Agricultura e Emater. Nesse caso, além do óleo diesel ser utilizado em máquinas diversas (trator, microtator, motor estacionário), existe a verificação nas propriedades para uma produção organizada. Ainda, são verificados frequentemente os dados fornecidos no momento do cadastro e são realizadas fiscalizações, com amostragem de no mínimo 10% das solicitações realizadas, por parte do Setor de Fiscalização da Prefeitura. Este procedimento, por sua vez, é feito para garantir que os benefícios estejam sendo proporcionados a quem realmente precisa, uma vez que, segundo os entrevistados, o limite de litros deveria ser maior em virtude do aumento da demanda pelo óleo diesel.

As demandas dos agricultores têm aumentado e apresentado o desafio da urgência aos representantes. Porém, estes devem seguir trâmites legais inerentes aos princípios norteadores da gestão pública, sendo que os passos supracitados são indispensáveis para a correta execução do programa. A orientação dos gestores se remete ao pedido com antecedência, e dentro dos meses considerados como ideais nesse tipo de organização, que são do início do ano até o final de agosto. Em caso contrário, os pedidos considerados atrasados podem ser prorrogados para um período posterior, vindo de encontro à questão do limite de litros a serem repassados, conforme fixado nas leis municipais, especialmente pelo art. 5º da Lei 1384/2013.

As ações desses representantes, cada qual em sua instância, se remete a debates constantes, tendo destaque o COMDAGRO, onde a Emater e o Sindicato unem forças com os agricultores, para poder deliberar de forma transparente e comprometida com um dos setores mais importantes na economia municipal. As demandas discutidas são encaminhadas ao poder público, que por sua vez, analisa e encaminha projetos de lei ao legislativo, para implantar novos programas dentro do possível. A maior dificuldade atual, que emperra o aumento do limite de litros de óleo diesel e de avanço dos demais programas se remete à disponibilidade de recursos, gerando dificuldades para os agricultores e para a população em geral. Outra questão importante trata das áreas da saúde e da educação, que são muito exigidas pela população e que são responsáveis pelas principais demandas no contexto de funcionamento do município, sendo que muitas vezes são colocadas em primeiro plano, em caso de necessidades de cortes e retenções por parte do Poder

Executivo, de modo que se possa seguir fidedignamente o orçamento municipal previsto e às exigências da lei de modo geral.

As dificuldades apresentadas, por sua vez, se juntam às ações que vem sendo realizadas para executar o programa dentro do possível, sendo boa a relação do poder público e das entidades de representação com os agricultores. Nesse meio de convivência, destacam-se as reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, o contato diário com a Emater, Departamento de Agricultura e Prefeitura e as visitas frequentes nas propriedades rurais. Esse trabalho tem por base o objetivo citado no início desse capítulo, de modo a promover o desenvolvimento rural no município, através de diferentes aspectos, como aumento de produção, participação no bloco de produtor e valorização do agricultor e do setor primário como um todo.

O Programa Municipal de Incentivos à Agricultura, conforme ressaltado anteriormente, possui outros tipos de incentivos além da questão do óleo diesel, que não são o foco desse trabalho. Entretanto, observa-se a soma de esforços dos gestores e representantes para promover uma série de benefícios para estimular a produção primária. Ademais, a agricultura tem um papel muito importante dentro da economia, pois não são só produzidos alimentos para o consumo, mas os agricultores também participam desse contexto, sendo partícipes do comércio local, bem como continuam a viver no meio rural. Como corolário, esse contexto diminui as chances de êxodo rural, conforme ressaltado anteriormente, tendo por base a visão de Mattei (2005), e promove melhores índices na economia, seja através da participação no bloco de produtor, no sistema produtivo, na geração da renda rural e / ou na vida em sociedade.

4.3 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM OS AGRICULTORES / REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES

Os agricultores entrevistados, que também são representantes de seus bairros e comunidades, cultivam diferentes produtos agrícolas em pequenas propriedades rurais, que tem até 40 hectares. Sua inserção na agricultura vem

desde cedo, sendo estes conhecedores da cultura local e dos modos de vida e de produção alocados ao longo das últimas décadas no município / região.

A mão-de-obra, em todos os casos, é familiar, com eventuais contratações, sob o regime temporário. Esta situação pode ser vista no município como um todo, dando sentido ao conceito da agricultura e da propriedade familiar. No caso específico tratado nesse trabalho, o óleo diesel tem sido usado em diferentes implementos agrícolas (trator, microtrator, gerador e motor estacionário), com predominância da silvicultura (60% dos casos dos 175 cadastros de óleo diesel) e acompanhamentos do setor público e das entidades de representação, conforme sequência e organização de acompanhamentos.

Segundo os produtores entrevistados, o Programa surgiu a partir de debates no Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, há aproximadamente uma década, sendo a ideia oriunda a partir de ações desencadeadas, à época, no município-mãe, Dois Irmãos. Este exemplo, aliado a outros programas nesse município, bem como de outros do entorno, fez surgir também outras ações, como o programa de calcário e transporte de insumos, todos estes que foram sendo aprimorados até o momento.

Um aspecto importante da história do programa em pauta se remete ao fato de que, no início, o óleo diesel era repassado aos agricultores que queriam contratar um serviço com trator, que era realizado por agricultores locais que possuíam o equipamento, e prestavam serviços de roçadas e aragens no município. Após a compra de vários tratores no município por parte dos agricultores, fato este que contribui para a modernização das máquinas disponíveis, o programa foi sendo alterado, pois mais agricultores passaram a oferecer o serviço. Nesse sentido, essa oferta ficou mais espalhada e cada bairro passou a ter produtores que faziam os serviços nas propriedades de vizinhos, por exemplo. Outro fator foi a aquisição de equipamentos da patrulha agrícola municipal, por parte da Prefeitura, que foram sendo utilizados pelos agricultores, aliados ao uso do óleo diesel, caracterizando-se como um aspecto de complemento de acesso à modernização nesse contexto.

O programa de óleo diesel, dentro de uma visão holística e qualitativa, é considerado benéfico pelos agricultores, pois o óleo diesel auxilia na produção e é um aspecto que, complementarmente aos outros tipos de incentivos, forma uma cadeia de auxílios importantes para a manutenção da atividade. Outro aspecto importante é a participação na economia do município, com as vendas no Bloco de

Produtor, que auxiliam no aspecto financeiro. Por outro lado, também existe a preocupação de que todos os inscritos forneçam dados corretos e que estejam de acordo com sua realidade, uma vez que o limite de óleo diesel deveria ser maior, em virtude do aumento da demanda. Dessa forma, o cadastro com informações fidedignas e a fiscalização por parte do setor público se tornam importantes para promover a continuidade com responsabilidade do programa.

O objetivo dos produtores é seguir na atividade, de modo que sejam realizadas mudanças, como aumento de produção e diversificação de mercado, conforme forem obtidos avanços que dêem sustento às ações propostas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, diante do exposto, que o programa de incentivos em óleo diesel, analisado entre o período de 2011/2014 e existente desde 2001, representa uma das formas de apoio por parte do setor público aos agricultores familiares de Morro Reuter, através das Leis 1.256/2011, 1.384/2013 e 1.439/2013. Sua aceitação pelos agricultores, aliado aos objetivos da Prefeitura, Emater/ASCAR, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, que visam essencialmente fomentar a produção agrícola e melhorar a qualidade de vida destes, tornam-se características essenciais para entender a aplicação e a continuidade do programa. Dessa forma, fica evidente que o mesmo, apesar de não resolver todos os problemas e abranger todo o contexto de vida dos agricultores, traz benefícios para estes, que vêem na sua propriedade rural um aspecto de auxílio por parte do setor público. Esse assunto também interessa à Prefeitura, no que concerne à busca da governabilidade, à busca do alcance do desenvolvimento rural e ao retorno de ICMS nas inscrições do Talão de Produtor.

Destarte, o contexto supracitado se apresenta como um fator de estímulo à produção e à produtividade rural, pois permite a redução de custos ao agricultor e sua maior participação na economia, devido à legalidade dos atos produtivos perante a Fazenda Municipal. Outrossim, cabe destacar o enfrentamento da saída da população do meio rural, promovido também pela diversificação das atividades nas propriedades rurais, conforme Mattei (2005). Não obstante, devemos destacar que esta categoria, apesar das dificuldades que enfrenta, produz grande parte dos alimentos consumidos localmente e em nosso planeta. No contexto local-regional, os agricultores abastecem escolas, mercados da região metropolitana e a Central de Abastecimento – CEASA, segundo diferentes tipos de culturas agrícolas. A localização do município junto à rodovia federal (BR-116) e a proximidade do Vale dos Sinos e da região metropolitana de Porto Alegre facilitam na questão de escoamento dos produtos agrícolas.

A elaboração e aplicação do programa em pauta apresentam importantes pilares para o entendimento do desenvolvimento rural, que tratam da questão da alocação de políticas públicas, de assistência técnica, representatividade e proximidade para com os agricultores que, dentro do conceito de agricultura familiar,

têm conquistado seu espaço, legitimidade e importância no ambiente societário local, regional e nacional, segundo Schneider (2010). A agricultura familiar se caracteriza essencialmente pela combinação entre gestão e trabalho familiar, tal como pela produção, consumo e reprodução social, conforme destacado por Denardi (2001).

O processo de reconhecimento da agricultura familiar, tratado nesse trabalho, pôde ser visto através da importância dos movimentos sociais rurais no país, a partir da década de 1990, e pela consolidação de políticas públicas, tendo como exemplo recente a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar. No âmbito municipal, destacam-se as leis supramencionadas.

Um dos desafios locais é encontrar respostas em relação ao total de famílias estimadas no meio rural (350) e o total de cadastros de solicitação de óleo diesel, sendo que este último é inferior (175), ou seja, em torno de 50% das famílias possui cadastro. Dessa forma, muitos agricultores podem não estar acessando o programa, ou então devemos considerar a possibilidade de envelhecimento rural, fato que pode inibir a busca de incentivos na municipalidade, justamente por possíveis situações de cultivos em baixa escala.

A situação em pauta, quanto à questão da produção, pode ser entendida com a comparação entre os cultivos citados nos cadastros, que apresentam preponderância da silvicultura (60%), e também contam com a plantação de produtos diversos, seja na fruticultura ou na olericultura (40%), dentro dos minifúndios e das pequenas propriedades rurais existentes no município. Em relação à silvicultura, considerada também uma cultura de abandono, segundo Schneider (1994), 1150 hectares estão cadastrados no levantamento de dados, sendo vista a média de 10,9 hectares por propriedade. A maior representação desse tipo de cultivo está diretamente vinculada ao contexto da industrialização difusa, que favoreceu a entrada de indústrias no setor econômico local, a partir da década de 1980, favorecendo a expansão dessa cultura, da pluriatividade e o crescimento da Indústria nos índices de representatividade na economia local.

O espaço rural, como sistema de produção e de modos de vida, não deve ser visto somente como gerador de renda aos agricultores, mas também é importante compreender o seu suporte para as manifestações políticas e sócio-culturais, de preservação ambiental e dos atos de participação na economia local.

Assim, este pode ser descrito como um conjunto multifuncional no seu contexto, sendo dotado de uma heterogeneidade de agricultores, mesmo que estes sejam familiares, pois em cada Unidade de Produção Agrícola (propriedade rural) poderemos ter diferentes tipos de ideologias e de estrutura nos diversos sentidos, conforme Miguel (2010) e Giasson e Merten (2010).

Hodiernamente, o desenvolvimento rural é um tema que traz consigo identidades locais, ou seja, cada local e/ou região possui identidades próprias, vistas com formas de cultura, tipos de atividade econômica predominante, políticas públicas específicas, estrutura organizacional e tipos de paisagem, que por sua vez, são fundamentais para o desenvolvimento de diversas atividades que compõe o quadro apresentativo de cada espaço. Assim temos, ao longo do tempo, diferentes processos históricos e formas empíricas de linguagem, bem como inter-relacionamentos societários, que são os responsáveis pela difusão das formas de alavancamento de situações do desenvolvimento rural.

O contexto supracitado impõe ao setor público a continuidade do programa e avaliações frequentes por parte do Conselho de Desenvolvimento Agropecuário, uma vez que a demanda vem aumentando, em virtude das vantagens apresentadas pelo mesmo. Ademais, é mister destacar que o setor público, através de seus representantes, tem a necessidade de seguir acompanhando as exigências para liberação de óleo diesel, bem como com o limite previsto em lei que, na atualidade, se remete a 20.000 (vinte mil) litros de óleo diesel. O exemplo dos incentivos em óleo diesel também gera a emancipação social dos agricultores e a responsabilização (*accountability*), devido aos critérios e condições do programa, dando maior sentido à noção de desenvolvimento rural, conforme exposto Navarro (1999, 2002); Martins (1999, 2003) e Fox (1990) citado por Schneider (2010). Ademais, a celeuma em torno da proposta desse trabalho também possui como base o art. 23 da Constituição Federal de 1988, através da competência comum entre os entes federados, para fomentar a produção agropecuária e o abastecimento alimentar.

O investimento gradativo da municipalidade no programa, em relação ao previsto nos dois últimos Planos Plurianuais e o valor investido, comprova o compromisso com o setor primário. Entretanto, a dificuldade na alocação de recursos públicos para incentivos em maior escala tem apresentado uma dificuldade para o futuro próximo. Por fim, o conjunto de dados, ideias e conceitos apresentados

são uma forma de ilustrar um ideário de programa de fomento aos agricultores familiares de Morro Reuter, através do óleo diesel, que pode ser utilizado de diversas formas na Unidade de Produção Agrícola (propriedade rural). Esse contexto dá sentido à importância de incentivos por parte do setor público que, sob um conjunto maior de ações, adota premissas sólidas para alavancar o desenvolvimento rural em Morro Reuter/RS.

Ao final, pode-se inferir que os desafios atuais, calcados na necessidade de produzir alimentos em um ambiente competitivo da era globalizada, apresentam a necessidade de existir assistência técnica, administrativa e de representatividade próxima do produtor, para que este possua bases sólidas e exitosas de trabalho. Por fim, em seu contexto, a agricultura familiar se apresenta como sinônimo de grande significado para com a sociedade, indo além da produção de alimentos e sendo importante também nos temas de ordem política, social e cultural, fazendo jus, portanto, à alocação de políticas públicas que visem o seu desenvolvimento.

O período de análise do presente programa de incentivos, entre 2011 e 2014, não contempla a totalidade de existência em anos do mesmo, podendo ser considerado, portanto, um limitante. Entretanto, a ausência de dados estatísticos de anos anteriores e a intenção de expressar a atuação da atual gestão para com o programa, sob a sanção das Leis 1.256/2011, 1.384/2013 e 1.439/2013, fundamentaram esse período como o escopo de tempo.

As contribuições do presente trabalho podem ser vistas com a organização de dados para o futuro planejamento e desenvolvimento do programa, bem como com o contexto agropecuário local. Também apresenta importância pela busca do entendimento e confrontação de conceitos relacionados à agricultura familiar e à gestão pública municipal com a realidade local, de modo que se possa expressar e entender o alcance do desenvolvimento rural. Ademais, as futuras pesquisas podem avançar no sentido de gerar um maior número de entrevistas, principalmente para com os agricultores, pela necessidade de maior inserção destes e pelos desafios constantes em promover políticas públicas que gerem o desenvolvimento.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, Flamarion D; SILVEIRA, Vicente C P. **Evolução das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: espaço agrário, imigração e estrutura fundiária.** Caminhos de Geografia Uberlândia v. 9, n. 26 Jun/2008 p. 1 – 15. ISSN 1678-6343. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Acesso em abril de 2015.

ALVES, Liria. **Óleo diesel.** Brasil Escola. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/quimica/oleo-diesel.htm>. Acesso em maio de 2015.

ALVEZ – MAZZOTI, A. J, GEWANDSNAJER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** São Paulo: Pioneira. 2008.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Buscando um conceito de políticas públicas para a concretização dos direitos humanos. In: BUCCI, Maria Paula Dallari et al. **Direitos humanos e políticas públicas.** São Paulo: Polis 2001.

BRASIL. **LEI nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em março de 2014.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso em abril de 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em março de 2015.

BRASIL. **2014: Ano Internacional da Agricultura Familiar.** Comitê Brasileiro. Disponível em: <http://www.aiaf2014.gov.br/aiaf/agricultura-familiar>. Acesso em março de 2015.

CAMPANHOLA, Clayton, SILVA, Graziano da. **Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8860/4986>. Acesso em: jul. 2014.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Constituição Federal.** 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: jul. 2014.

COVAS, **Política agrícola e desenvolvimento rural: temas e problemas** 1953. Edições Colibri - 2004. Disponível em: <http://livros.r7.com/imagem/capitulo/42197850.pdf>. Acesso em: jul. 2014.

DENARDI, Reni Antônio. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Artigo: Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul./set. 2001.

DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço*. Rio de Janeiro, Record, 2003; OLSON, Steve. *A história da humanidade*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2003. In: ASSAD, Maria L. L.; Almeida, Jalcione. **Agricultura e sustentabilidade: contexto, desafios e cenários**. Artigo publicado em *Ciência & Ambiente*, n. 29, 2004. p.15-30.

EMBRAPA. **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil** / Elena Charlotte Landau ... [et al.]. -- Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo. 2012. 199 p. : il. -- (Doc. / Embrapa Milho e Sorgo, ISSN 1518- 4277; 146). Disponível em: <http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2014/12/Varia%C3%A7%C3%A3o-Geogr%C3%A1fica-do-Tamanho-dos-Modulos-Fiscais-no-Brasil-Embrapa.pdf>. Acesso em abril de 2015.

FACCAT. **Mapa do COREDE Paranhana-Encosta da Serra**. Disponível em: https://www2.faccat.br/.../MAPAS_A4_ParanhanaEncostadaSerra.pdf. Acesso em fev. 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Paranhana Encosta da Serra — 2008**. Disponível em: <http://mapasdev.fee.tche.br/municipios-do-conselho-regional-de-desenvolvimento-corede-paranhana-encosta-da-serra-2008.html>. Aces em: dez. 2011.

GERHARDT, Tatiana E. , SILVEIRA, Denise T (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Univ. Aberta do Brasil – UAB/UFRGS / Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf. Acesso em abril de 2014.

GIASSON, Elvio; MERTEN, Gustavo H. Caracterização dos fatores de produção agrícola. In: WAGNER, Saionara A... [et al.] . **Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola**. Org. Univ. Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. 128 p. : il. ; 17,5x25cm. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sead/publicacoes/publicacoes-sead/serie-para-educacao-a-distancia/graduacao/gestao-e-planejamento-de-unidades-de-producao-agricola-2010>. Acesso em abril de 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Edição - São Paulo : Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Observação. In: **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2008, pp 109 – 120.

HICKMANN & SCHAURICH. **Relatório do índice de participação do município no retorno de ICMS e representatividade econômica em Morro Reuter**. Secretaria da Fazenda de Morro Reuter. 2013.

KLAUCK, Sinésio G. **Figura 2: Vista aérea do centro da cidade, a partir do Morro da Embratel / Felskopf**. 2014.

KLAUCK, Sinésio G. **Foto / Figura 3: Uso do trator na propriedade rural**. 2014.

KLAUCK, Sinésio G. **Foto / Figura 4: Carreta agrícola**. 2015.

KLAUCK, Sinésio G. **Foto / Figura 5: Paisagem rural, em Linha Görden**. 2014.

MATTEI, L. **A relevância da família rural como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade e desenvolvimento rural**. Anais do XLIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto, 2005. In: SCHNEIDER (Organizador) et al. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

MACHADO, João A. D; Miguel, Lovois de A. Elementos do processo de tomada de decisão. In: WAGNER, Saionara A... [et al.] . **Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola**. Org. Univ. Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. 128 p. : il. ; 17,5x25cm. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sead/publicacoes/publicacoes-sead/serie-para-educacao-a-distancia/graduacao/gestao-e-planejamento-de-unidades-de-producao-agricola-2010>. Acesso em abril de 2015.

MIGUEL, Lovois de A. Abordagem sistêmica da Unidade de Produção Agrícola. In: WAGNER, Saionara A... [et al.] . **Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola**. Org. Univ. Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. 128 p. : il. ; 17,5x25cm. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sead/publicacoes/publicacoes-sead/serie-para-educacao-a-distancia/graduacao/gestao-e-planejamento-de-unidades-de-producao-agricola-2010>. Acesso em abril de 2015.

O DIÁRIO DA ENCOSTA DA SERRA. **Morro Reuter: 23 anos**. Informativo do município. 22.03.2015.

PREFEITURA DE MORRO REUTER. **Lei Orgânica**. Dispõe sobre a Lei Orgânica do município de Morro Reuter. 2006.

PREFEITURA DE MORRO REUTER. **Plano Plurianual 2010 – 2013**. Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Morro Reuter, para o período 2010 – 2013. Secretaria da Fazenda e Planejamento. 2009.

PREFEITURA DE MORRO REUTER. **Plano Plurianual 2014 – 2017**. Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Morro Reuter, para o período 2014 – 2017. Secretaria da Fazenda e Planejamento. 2013.

PREFEITURA DE MORRO REUTER. **História da cidade**. Disponível em: <http://www.morroreuter.rs.gov.br/historia/>. Acesso em março de 2015.

PREFEITURA DE MORRO REUTER. **Lei municipal nº 1.256/2011**: Autoriza a concessão de Incentivo em Programas Agropecuários no Município, regulamenta a sua concessão, cria serviço de adequação de lavouras e acessos a propriedades rurais, e dá outras providências. 03 de março de 2011.

PREFEITURA DE MORRO REUTER. **Lei municipal nº 1.384/2013**: Revoga o Art. 4º, dá nova redação aos Art. 5º e Art. 6º da Lei Municipal n. 1.256/2011, de 03 de março de 2011, e dá outras Providências. 14 de março de 2013.

PREFEITURA DE MORRO REUTER. **Lei municipal nº 1439/2013**. Altera Art. 1º, inciso I, e Art. 10, inciso I, alínea “a”, acrescenta parágrafo único ao Art. 10, inciso I, alínea “a”, da Lei Municipal n. 1.256/2011, de 03 de março de 2011, e dá outras Providências. 28 de agosto de 2013.

SCHNEIDER, Sergio. **As Transformações Recentes da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul: O Caso da Agricultura de Tempo-Parcial**. REVISTA ENSAIOS FEE, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 105-129, 1995.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, Paulo D. **Caracterização socioeconômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais**. Revista de Economia e Sociologia Rural. SOBER, Brasília, v. 39, p. 117-142, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. O mercado de trabalho da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul: formação histórica e desenvolvimento. In: Achyles B. da Costa; Maria Cristina Passos (Org.). **Indústria de calçados do Rio Grande do Sul**, São Leopoldo. Editora Unisinos, 2004, pg. 25 – 49.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. Publicado em: Grammont, Hubert Carton de e Martinez Valle, Luciano (Comp.). Org.). La pluriactividad em el campo latinoamericano. 1ª Ed. Quito / Equador: Ed. Flasco – Serie Foro 2009, vol. 1, pg 132 – 161.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de economia política**, vol. 30, nº 3 (119), pp. 511 – 531. Jul. – Set. de 2010.

SILVA, Jacqueline Maria Cavalcante da. **Políticas públicas como instrumento de inclusão social**. Prismas: Dir., Pol. Publ. e Mundial., Brasília, v. 7, n. 2, p. 161-211, jul./dez. 2010.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE DOIS IRMÃOS E MORRO REUTER. **Dados informais sobre estrutura fundiária e representatividade da agricultura em Morro Reuter**. 2014.

SLONGO, Dirceu Luis. **Silvicultura**. Emater/Ascar. Disponível em: www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistema-de-producao-vegetal/silvicultura.php. Acesso em março de 2015.

TEIXEIRA, Elenaldo C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002 - AATR-BA. 11 pág. Disponível em: www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf. Aces em: jan. 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009. 164p. : Il.

7 APÊNDICES

APÊNDICE A Roteiro de entrevistas com os representantes do Setor Público / Ambiente Institucional



COMDAGRO

Gestão da Política Agrícola Local / Ambiente Institucional

Entrevistado:

Faixa etária:

Faixa I - Menos de 30 anos (); Faixa II - Mais de 30 anos e menos 60 anos ();

Faixa III - Mais de 60 anos ()

Cargo / Função:

Motivo de criação e fundamento do programa:

Há quanto tempo (anos) atua junto ao programa:

Principais critérios de inserção dos agricultores:

Principais etapas de funcionamento:

Quais são os processos de acompanhamento ao produtor na propriedade rural?

Quais os compromissos dos agricultores para com o Programa?

Como os agricultores têm apresentado suas demandas?

Qual a importância das entidades de representação (Setor Público, COMDAGRO, Emater e STR) para a concretização de ações?

Como é a relação do Poder Público / Entidade de Representação com os agricultores?

Quais os compromissos dos gestores públicos para com o Programa?

Principais impactos vistos pelo Poder Público ao longo do andamento do Programa:

Quais os maiores desafios atuais à alocação de políticas públicas?

Qual o papel da agricultura dentro da economia do município?

APÊNDICE B Roteiro de entrevistas com os Representantes das Comunidades / Agricultores

Perfil dos agricultores e da propriedade rural

Nome do responsável:

Faixa etária:

Faixa I - Menos de 30 anos () ; Faixa II - Mais de 30 anos e menos 60 anos () ;

Faixa III - Mais de 60 anos ()

Localidade:

Tamanho da (s) propriedade (s) de emprego de atividades agrícolas, em hectares:

0,1 a 10 ha () 10,1 a 20 ha () 20, 1 a 40 ha () Maior que 40, 1 ha ()

Mão-de-obra na propriedade:

Familiar () ; Contrato com terceiros ()

Em caso de mão-de-obra de terceiros, o trabalho é:

Temporário () ; Permanente () ; Contrato CLT ()

Realidade e Impacto do Programa de Incentivos em óleo diesel

Tempo (anos) em que trabalha na agricultura:

A agricultura proporciona satisfação socioeconômica a você e à sua família?

Sim () Não ()

Tempo (anos) em que recebe incentivos em óleo diesel:

Como ficou sabendo do Programa?

Uso preponderante do óleo diesel na seguinte atividade:

Produtos diversos () ; Silvicultura () ;

Representatividade/nota do programa no cotidiano:

Ruim () ; Regular () ; Bom () ; Muito bom ()

Aspectos positivos do Programa:

Aspectos negativos do Programa / Situações que poderiam ser melhoradas:

Você tem projeções futuras na agricultura:

Sim () Não ()

Se sim:

Pretendo continuar na atividade, dentro da minha realidade ()

Pretendo expandir a produção e incentivar a sucessão familiar ()

APÊNDICE C Quadro com a quantidade de agricultores inscritos de cada bairro / localidade no Programa de óleo diesel

<p style="text-align: center;">Bairro</p> 	<p style="text-align: center;">Cor</p> <p style="text-align: center;">Número de propriedades</p>
Fazenda Padre Eterno	35
Walachai	34
Planalto / Sede	10
Linha Görgen	19
Birckenthal	11
Franckenthal	13
Picada São Paulo	7
Linha Cristo Rei	16
Muckenthal	6
São José do Herval	16
Vila Steil	5
Linha Quatro Cantos	3
Total:	175

APÊNDICE D Quadro com características dos agricultores e propriedades rurais

Nome / Grupo familiar	Localidade 	Período de Inscrição no Programa	Tamanho da (s) propriedade (s), em hectares	Produção predominante em termos de ocupação da propriedade: produtos diversos ou silvicultura
1. Ademir Müller	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012 2014	5 (2+2+1)	Silvicultura (2,2 ha)
2. Adilson Hoffmann	Batatenthal / Walachai	2011, 2012, 2013, 2014	27,7 (8,5 + 14,7 + 2 + 2,5)	Produtos diversos (15,2 ha)
3. Adriano Luis Boll / Egídio Boll	Vila Steil	2014	2,6 (1,6+1)	Produtos diversos (2,6)
4. Afonso Ligorio Dilly (Espolio)	Sede	2011	2,3	Produtos diversos (2 há)
5. Alceo Carlos da Silva Pereira	Muckenthal	2014	7 (5+0,5+1,5)	Produtos diversos (5 ha)
6. Alceo Klein	Walachai	2011, 2012, 2013, 2014,	6,5	Produtos diversos (4,5 ha)
7. Alfred Moser	Fazenda Padre Eterno	2012	19	Silvicultura (5 ha)
8. Alfredo Lehnen e Sérgio Lehnen	Linha Görgen	2011, 2013, 2014	24 (5+19)	Silvicultura (12,5 ha)
9. Alice Deimling	Linha Görgen	2011, 2013,	4 (3+1)	Produtos diversos (4 ha)
10. Aloísio Dapper	Walachai	2013, 2014	17,5 (6,5+11)	Silvicultura (11,5 ha)
11. André Kuntzler / Roberto Kuntzler	Birckenthal	2011, 2012, 2014	22,4 (18,4+4)	Silvicultura (14,4 ha)
12. André Luis Dieter	Rio Loch / Walachai	2012, 2013, 2014	18,9	Silvicultura (10,4 ha)
13. Anemari Z. Schabarum / Robert I. Schabarum	Planalto / Sede	2012, 2013, 2014	5,3 2014	Silvicultura (3,3 ha)
14. Antônio Normélio Lauer	Franckenthal	2011, 2012, 2013, 2014	38,4 (6,7+5,5+14+12,2)	Produtos diversos (30 ha)
15. Arlindo Hoffmann (Espolio)	Picada São Paulo	2011, 2012, 2013, 2014	13,6 - 2014	Silvicultura (10,3 ha)
16. Ari Strassburger	Fazenda Padre Eterno	2012, 2013, 2014	26 (21+5)	Silvicultura (13 ha)
17. Atalipio Backes	Planalto/ Sede	2011, 2012, 2013, 2014	30,6 (13,4 +17,2)	Silvicultura (20,6 ha)

18. Belmiro Klein	Linha Cristo Rei	2011, 2013, 2014	12,7	Silvicultura (8,2 ha)
19. Beno Buttenbender	Picada São Paulo	2011, 2012, 2013,	10,3 (8,6+1,7)	Produtos diversos (5 ha)
20. Beno Boll	Birckenthal	2011, 2012, 2013,	24,3 (9,7 + 5,6 + 1 + 8)	Silvicultura (12,8 ha)
21. Bruno Schneider	Linha Cristo Rei	2012, 2013, 2014	13,2 (5+7,2+1)	Produtos diversos (6,7 ha)
22. Carlos Ademir Klein	Walachai	2013, 2014	10,9 (0,9+6,5+3,5)	Silvicultura (6 ha)
23. Carlos Alexandre Dias	Fazenda Padre Eterno	2011,	3,2 (2+1,2)	Produtos diversos (1,5 ha)
24. Carlos L. Dieter e Magdalena B. Dieter	Rio Loch / Walachai	2012, 2013, 2014	23,7 (18+4,8+0,9)	Silvicultura (11,2 ha)
25. Carmen Lucia Molling Backes	Muckenthal	2011, 2012, 2013, 2014	6,6	Silvicultura (4,1 ha)
26. Catharina Führ	Birckenthal	2013, 2014	5,82 (3+0,12+0,30+2,4)	Produtos diversos (3 ha)
27. Celso Scholles	São José do Herval	2012, 2013, 2014	6,8 (5+1,8)	Silvicultura (4,3 ha)
28. Claudino Backes	Linha Cristo Rei	2012,	5,9 (2 + 2,9 + 1)	Produtos diversos (4,5 ha)
29. Cláudio Antônio Stoffel	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012, 2013, 2014	15,2 (14,7 +0,5)	Silvicultura (9,7 ha)
30. Cláudio Holz	Picada São Paulo	2011, 2012, 2013, 2014	10,5 (6+4,5)	Produtos diversos (4 ha)
31. Cláudio Stoffel	Linha Cristo Rei	2011, 2012, 2013, 2014	27,2	Silvicultura (16,2 ha)
32. Dalírio Steffen	Linha Görgen	2011, 2012, 2013, 2014	9,8 (8,8 + 1)	Produtos diversos (5 ha)
33. Daniel Arnold	Birckenthal	2011, 2012, 2013, 2014	4,2 (2,1+2,1)	Produtos diversos (2,2 ha)
34. Danilo José Menin	Linha Görgen	2013, 2014	6,6 (4,6+2)	Produtos diversos (6 ha)
35. Darci Backes	Walachai	2011, 2012, 2014	16,9 (7 + 3+ 6,4 + 0,5)	Silvicultura (10,4 ha)
36. Darci Holz	Linha Cristo Rei	2012, 2013, 2014	26,9 (2,9 + 24)	Silvicultura (13,2 ha)
37. Darcy Roque Scholles	São José do Herval	2014	1	Produtos diversos (1 ha)
38. Darcisio Backes	São José do Herval	2012	13,3	Silvicultura (8,3 ha)
39. Décio Kuhn	Walachai	2011, 2012, 2014	10,9	Silvicultura (5,5 ha)
40. Deilor Ismael Buttenbender	Vila Steil	2012	2	Produtos diversos (2 ha)

41. Dércio Leandro Becker	Walachai	2011, 2012, 2013, 2014	22,2	Silvicultura (10 ha)
42. Dirceu Lutz	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012, 2013, 2014	24,9	Silvicultura (18,4 ha)
43. Edio Francisco Kuhn /Canisio/Elicio/ Eloi	Rio Loch / Walachai	2011, 2012, 2013, 2014	30,2 (2,2+17+11)	Produtos diversos (15 ha)
44. Egídio Land	Linha Cristo Rei	2011	6,4	Silvicultura (3,4 ha)
45. Egon Blume	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012, 2013, 2014	39,8 (18 + 21,8)	Silvicultura (31,3 ha)
46. Eldo Galas e Gerson Luís Clement	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012, 2013, 2014	34,7 (24,7 + 10)	Silvicultura (22,2 ha)
47. Eldo Gressler	Picada São Paulo	2011	3,5 (2,3+1,2)	Silvicultura (1,8 ha)
48. Eldo Strassburger e Ricardo Strassburger	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012, 2013, 2014	23,3 (16,9+6,4)	Silvicultura (14,8 ha)
49. Elias Lutz	Fazenda Padre Eterno	2013, 2014	3	Produtos diversos (3 ha)
50. Elio Jung	Walachai	2011, 2012, 2013, 2014	26,8 (11 + 15,8)	Silvicultura (12,3 ha)
51. Emílio Schmitz	Walachai	2013, 2014	13,3 (6,7+1,3+1,3+4)	Silvicultura (5,8 ha)
52. Enio Müller	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012, 2013, 2014	14	Silvicultura (9,5 ha)
53. Erica Kuntzler	Birckenthal	2012, 2013,	18,4 9,2 2013	Silvicultura (4,2 ha)
54. Erico Backes / José / Gerson / Silvério	Franckenthal	2011, 2012, 2013, 2014	29,7 (10,6 + 19,1)	Silvicultura (18,7 ha)
55. Erico Weber	São José do Herval	2011, 2012, 2013, 2014	18,7	Silvicultura (13,7 ha)
56. Ernesto Führ /Maria Lori/ Fabio Evandro	Linha Görden	2011, 2012, 2013, 2014	26,1 (8,4+6,2+6+5,5)	Produtos diversos (15 ha)
57. Evaldo Hansen	Picada São Paulo	2011, 2012,	3,2	Produtos diversos (1,5 ha)
58. Everaldo Adair Weyermüller	Fazenda Padre Eterno	, 2013, 2014	8 (3,3+4,7)	Silvicultura (4,5 ha)
59. Felício Backes	Franckenthal	2012, 2013, 2014	5	Silvicultura (3 ha)
60. Flávia Maria Knorst / Jovani / Jeferson	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012, 2013, 2014	17,1	Produtos diversos (8,5 ha)
61. Flávio Acker	Sede	2011, 2012,	5	Produtos diversos (3 ha)
62. Flávio Henrich e Rejane Blumm Henrich	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012, 2013, 2014	37,6 (21,6 + 16)	Silvicultura (29,6 ha)
63. Geraldo Arnold	Walachai	2011, 2012,	16	Silvicultura (8 ha)
64.	Walachai	2011, 2012,	42	Silvicultura

Guerino Klein / Carlos Ademir Klein		2013, 2014	(17,1+5,2+7,3+12,4)	(27,5 ha)
65. Guinto Blume	Franckenthal	2011, 2012, 2013, 2014	23,8 (5,8+6+12)	Silvicultura (14,3 ha)
66. Heldo Berg	Walachai	2011, 2012, 2014	9	Silvicultura (7 ha)
67. Ignácio Lehnen / Iria Boll Lehnen / Edio Boll	Vila Steil	2011,	2,8	Produtos diversos (1,5 ha)
68. Inácio Boeff	Franckenthal	2011, 2012, 2013, 2014	10,8 (8,3+1,5+1)	Silvicultura (4,3 ha)
69. Inês Catarina Boeff Dieter / Leonardo Dieter	Walachai	2012, 2013, 2014	11,3 (2+7,8+1,5)	Produtos diversos (5,5 ha)
70. Irineo Alsemiro Müller	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012, 2013, 2014	15,8	Silvicultura (9,3 ha)
71. Ivo Gross Sobrinho	Rio Loch / Walachai	2011, 2012, 2013,	2, 2	Produtos diversos (1,7 ha)
72. Jacob Marcos Gorgen	Linha Görgen	2011, 2012, 2013, 2014	20,2 (15,1+5,1)	Silvicultura (8,7 ha)
73. Jair Steffen	Franckenthal	2011, 2012, 2013, 2014	10,3	Produtos diversos (6,5 ha)
74. João Carlos Utzig	Linha Cristo Rei	2011, 2012, 2013, 2014	13 (8,6 + 4,4)	Produtos diversos (7,5 ha)
75. João Eurico Wendling	Walachai	2011, 2012, 2013, 2014	17,7 (9,5 + 8,2)	Silvicultura (8,7 ha)
76. João Fernando Graef	Birckenthal	2011, 2012, 2013, 2014	4,8	Produtos diversos (4 ha)
77. José Cláudio Berdotti	São José do Herval	2011, 2012, 2013,	23,8 (4,2+4+15,6)	Silvicultura (17,3 ha)
78. José Cláudio Kolling	Linha Görgen	2011, 2012, 2013,	18,5 (14,5 +4)	Produtos diversos (7 ha)
79. José Clemente Wendling	Walachai	2011, 2012, 2013, 2014	13,8 (7,1 +6,7)	Silvicultura (5,8 ha)
80. José Darci Zimmer	São José do Herval	2011, 2012, 2013,	3,2 (2,7+0,5)	Silvicultura (2,7 ha)
81. José Elmo Becker e Dércio Leandro Becker	Walachai	2013	5,5 (3+2,5)	Produtos diversos (3 ha)
82. José Gervásio Klauck e Vera Zimmer	Picada São Paulo	2011, 2012, 2013, 2014	28 (14,1+13,9)	Silvicultura (17 ha)
83. José Gilberto Stoffel e Cristiano Rafael	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012, 2013, 2014	23,8 (7,8 +16)	Silvicultura (17,3 ha)
84. José Inácio Kuntzler	São José do Herval	2011, 2012, 2013, 2014	11 (5+5+1)	Produtos diversos (7 ha)
85.	Fazenda	2012, 2013,	16,5	Silvicultura

José Irineu Blume	Padre Eterno	2014	(2+9,6+4,9)	(10 ha)
86. José Leonardo Schmitz / André Felipe	Walachai	2011, 2012, 2013, 2014	11,7 (2,7+7+2)	Silvicultura (6,7 ha)
87. José Luis Utzig	Picada São Paulo	, 2014	1,5	Produtos diversos (1,5 ha)
88. José Paulo Steffen	Franckenthal	, 2013, 2014	22 (4+5+13)	Silvicultura (13 ha)
89. José Renildo Moraes	Linha Cristo Rei	2012,	10	Silvicultura (6 ha)
90. José Roberto Weber	Walachai	2011, 2012, 2013, 2014	12,2 (4,7+1,5+6)	Produtos diversos (8,7 ha)
91. José Rubem Dieter	Walachai	2012, 2013, 2014	56,3 (14,3+8,6+11+22,4)	Silvicultura (40,3 ha)
92. Lacy Espich Strassburger	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012, 2013, 2014	17	Silvicultura (9 ha)
93. Laurentino Schmitz	Walachai	2011, 2012, 2014	8 (6+2)	Produtos diversos (5 ha)
94. Lauri Kieling	São José do Herval	2012,	0,57	Silvicultura (0,5 ha)
95. Lauro Ademir Dietrich	Linha Quatro Cantos	2011, 2012, 2013, 2014	9,9	Silvicultura (5,7 ha)
96. Leandro Moacir Weyermüller e Adolfo	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012, 2013, 2014	20,4 (3 +17,4)	Silvicultura (11,4 ha)
97. Leo Jacob Schons	Linha Görgen	2011, 2012, 2013, 2014	6,8 (3,8+3)	Produtos diversos (1,8 ha)
98. Leo Kraemer	São José do Herval	2011, 2012, 2014	3,7	Produtos diversos (2 ha)
99. Leonardo Boff	Walachai	2011, 2012, 2013, 2014	25,8 (11,3 +14,5)	Silvicultura (14,8 ha)
100. Leonardo Mombach	Birckenthal	2014	8,4	Silvicultura (4,4 ha)
101. Leonidio Braun	Batatenthal / Walachai	2013, 2014	4,6	Produtos diversos (2,7 ha)
102. Leoni Zimmer Müller / Remi	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012, 2013, 2014	5 (2+3)	Produtos diversos (3 ha)
103. Liceu Dias	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012,	14,7	Silvicultura (7,5 ha)
104. Lilia Deimling e Romeo Deimling	Linha Görgen	2011, 2012, 2013,	8,5 (3,7+4,8)	Produtos diversos (4 ha)
105. Luciano Boufleuer	Franckenthal	2011, 2012, 2013, 2014	7 (5 +2)	Produtos diversos (6 ha)
106. Lucio José Ternus	Linha Görgen	2011,	4,5	Silvicultura (2,5 ha)
107. Luis Deimling / Antônio	Linha Görgen	2011, 2012,	38 (5,6 +32,4)	Silvicultura (29,5 ha)
108.	Fazenda	2011,	7,6	Silvicultura

Luisa Woni Wagner	Padre Eterno	2013, 2014		(5,1 ha)
109. Marcelo Blumm	Fazenda Padre Eterno	, 2013,	3	Silvicultura (2 ha)
110. Marcelo Cristiano Buttenbender	Walachai	2011, 2012, 2013, 2014	19,6 (14+4,1+1+0,5)	Silvicultura (12,6 ha)
111. Marcos Buttenbender/Anastácia	Walachai	2011, 2012, 2013, 2014	22,9 (6,2+8,7+4+4)	Produtos diversos (14 ha)
112. Marcos Luis Molling / Werno	Muckenthal	2011, 2012, 2013, 2014	12,2 (6,2 +6)	Produtos diversos (8 ha)
113. Maria Elisa Vier Scholles	São José do Herval	2012, 2013,	11 (2,7+8,3)	Silvicultura (8 ha)
114. Maria Alcina Wiest e José Adriano Wiest	Linha Görgen	2011, 2012, 2013,	10,9 (6,9+4)	Produtos diversos (7 ha)
115. Maria Gerda Deimling	Linha Görgen	2012, 2014	13	Silvicultura (7 ha)
116. Maria Hedy Froehlich	Franckenthal	2011, 2012, 2013, 2014	17,9 (5,2+6,7+4+2)	Silvicultura (11,4 ha)
117. Maria Leoni Sidegum	Linha Görgen	2013,	5,5	Silvicultura (2 ha)
118. Maria Nelsi Dieter e Cláudio Dieter	Vila Dieter / Walachai	2011, 2012, 2013, 2014	11,7	Produtos diversos (5,5 ha)
119. Maria Nelsi Klauck	Linha Cristo Rei	2012	9,8	Produtos diversos (4,5 ha)
120. Maria Vera Steffen Backes / José Ademar	Linha Görgen	2011, 2012, 2013, 2014	4,9 (3,4+1,5)	Produtos diversos (4 ha)
121. Marilena Knorst	Linha Quatro Cantos	, 2013, 2014	6,2	Produtos diversos (4 ha)
122. Marino Morschel	Linha Cristo Rei	2011, 2012, 2013, 2014	20,4 (16,4+4)	Silvicultura (13,1 ha)
123. Mario Floriano Wiest / Serafim Jerônimo/ Ana Regina	Sede	2011, 2012, 2013, 2014	19,5 2014	Silvicultura (8,5 ha)
124. Mário Stoffel	Linha Cristo Rei	2011, 2012, 2013, 2014	14,7 (12,2 +2,5)	Silvicultura (8,7 ha)
125. Maristela Venzo	Birckenthal	2011, 2012, 2013,	6,6	Silvicultura (3,1 ha)
126. Marlene Führ Dilkin e André Dilkin	Birckenthal	2011, 2012, 2013, 2014	12,2 (11,2+1)	Produtos diversos (6,8 há)
127. Marlon Molling	Muckenthal	, 2013, 2014	3,4	Produtos diversos (1,7ha)
128. Mauro Spohr	Walachai	2012, 2013, 2014	2,3	Produtos diversos (2 ha)
129. Milton Scholles	São José do Herval	2014	10,3 (3,9+6,4)	Silvicultura (4,8 ha)
130.	Planalto /	2011, 2012,	7,3	Produtos

Neuri Klein	Sede			diversos (3,3 ha)
131. Nilton Wagner	Franckenthal	2011, 2012, 2013, 2014	17,9 (4,9 +13)	Silvicultura (12,4 ha)
132. Noeli Wasem Edinger / Patrícia Taiane	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012, 2013, 2014	11,4 (2,1+6,5+2,8)	Produtos diversos (8 ha)
133. Olavo José Zimmer	São José do Herval	2011, 2012, 2013, 2014	14,2	Silvicultura (8,2 ha)
134. Osmar Gilmar Weyermüller	Fazenda Padre Eterno	2013, 2014	5,5	Produtos diversos (3 ha)
135. Otmar Stoffel	Linha Cristo Rei	2011, 2012, 2013,	15,5 (4+6,5+5)	Silvicultura (9 ha)
136. Paulo Alfredo e Osmar G Wohl Coelho	Linha Quatro Cantos	2011	40,7	Produtos diversos (11,5 ha)
137. Paulo Boll	Linha Görgen	2013, 2014	14,1	Silvicultura (8,1 ha)
138. Paulo Führ	Linha Görgen	2011, 2012, 2013, 2014	12,4 (8,8+3,1+0,5)	Silvicultura (5,8 ha)
139. Paulo Hoffmann	São José do Herval	2011, 2012, 2013, 2014	27,5 (13,5+14)	Silvicultura (19,5 ha)
140. Paulo Stoffel	Linha Cristo Rei	2011	8	Silvicultura (5,5 ha)
141. Pedro Jacob Deimling	Linha Cristo Rei	2012, 2013, 2014	18,3	Silvicultura (8,3 ha)
142. Querino Buttenbender	Walachai	2011, 2012, 2013, 2014	15,3	Silvicultura (11,1 ha)
143. Querino Miguel Molling	Muckenthal	2011, 2012, 2013, 2014	10,4 (2,2+5+3,2)	Silvicultura (6,4 ha)
144. Remídio Führ	Sede	2011, 2012, 2013, 2014	15,6 (12,3+2,3+1)	Silvicultura (9,1 ha)
145. Renato Blume	Franckenthal	2011, 2012, 2013, 2014	9,9 (4,9+1+3+1)	Produtos diversos (6,5 ha)
146. Renato Espig	Fazenda Padre Eterno	2012, 2013, 2014	7	Silvicultura (4 ha)
147. Reneo Strassburger / Nelsi / Gerson / José	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012, 2013, 2014	56,8 (12,1+23,5+21,2)	Silvicultura (48 ha)
148. Renício Strassburger	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012, 2013, 2014	22,2 (21,2 +1)	Silvicultura (13,7 ha)
149. Ricardo Boll (Espolio)	Linha Görgen	2011, 2012, 2013, 2014	10 (9+1)	Produtos diversos (7,5 ha)
150. Roberto Kuntzler	Birckenthal	2013	24,5 (18,4+2,1+4)	Silvicultura (17,5 ha)
151. Romaldo Espig	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012, 2013, 2014	20,1 (10+5+1,8+3,3)	Produtos diversos (11 ha)
152. Romaldo Müller	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012, 2013, 2014	9,5	Silvicultura (4,5 ha)
153. Romeo Blume	Franckenthal	2011, 2012, 2013, 2014	17,3 (4,3+1+10+2)	Silvicultura (9,3 ha)
154. Romeo Bunchen	Planalto / Sede	2011	3,4	Produtos diversos (1,9 ha)
155.	Fazenda	2011, 2012,	37,6	Silvicultura

Romeo Müller e Elói Müller	Padre Eterno	2013, 2014	(9,6+12+16)	(24,6 ha)
156. Roque Dieter e André Luís Dieter	Rio Loch / Walachai	2011	18,9	Silvicultura (10 ha)
157. Roque José Schons	Linha Görge	2011, 2012, 2013, 2014	20,7 (18,7 +2)	Produtos diversos (10 ha)
158. Roque Stoffel	Linha Quatro Cantos	2011, 2012, 2013, 2014	31,52 (13,52+8+4+6)	Silvicultura (18 ha)
159. Rosa Maria Blume / Ângelo Blume / Klaus Stolte	Franckenthal	2011, 2012, 2013, 2014	23 (3+20)	Produtos diversos (10 ha)
160. Rudi Backes	São José do Herval	2011, 2013, 2014	18,2 (5,2+8+5)	Silvicultura (9,2 ha)
161. Rudi Berg	Linha Cristo Rei	2011, 2012, 2013, 2014	14 (5+5+3+1)	Silvicultura (7 ha)
162. Rudi Boufleuer	São José do Herval	2014	3,2	Silvicultura (1,7 ha)
163. Selvino Berg	Batatenthal / Walachai	2011, 2012, 2013, 2014	4	Silvicultura (3 ha)
164. Sérgio Miguel dos Santos	São José do Herval	2012, 2013, 2014	7,8	Produtos diversos (5,5 ha)
165. Sidonia Fuehr e Gilson J Schumacher	Linha Cristo Rei	2011, 2012, 2013, 2014	10	Silvicultura (6 ha)
166. Taffarel Blume e Maria Juliana Molling	Muckenthal	2012, 2013, 2014	12	Produtos diversos (8 ha)
167. Taironi Fensterseifer	Vila Steil	2011, 2012, 2013, 2014	28,2	Produtos diversos (21 ha)
168. Telmo Espig	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012, 2013, 2014	21,48 (7,4+7,08+7)	Silvicultura (13 ha)
169. Valério Ellwanger / Ercildo / Fabiano	Fazenda Padre Eterno	2011, 2013, 2014	41,2 (20,8+20,4)	Produtos diversos (25 ha)
170. Vanderlei Goulart Timm	Sede	2013	2,5 (1+1,5)	Produtos diversos (2 ha)
171. Vergílio Espig / Nelson	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012, 2013, 2014	28	Silvicultura (17 ha)
172. Verno Waschburger / Nelli	Fazenda Padre Eterno	2011, 2012,	8,4	Produtos diversos (4,4 ha)
173. Victor Becker	Vila Steil	2013 2014	11,9	Silvicultura (8,4 ha)
174. Waldemir Becker	Sede	2014	10	Produtos diversos (5,5 ha)
175. Walter Lauxen / Rafael	Batatenthal / Walachai	2011, 2012, 2013, 2014	29,9 (13,2+11,7+2+3)	Silvicultura (19,9 ha)

APÊNDICE E Termos de Consentimento: Representantes do Setor Público e Ambiente Institucional / Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dois Irmãos e Morro Reuter / COMDAGRO / Emater-Ascar / Prefeitura



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Escola de Administração

Programa Nacional de Formação em Administração Pública /PNAP

Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

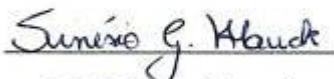
Termo de Consentimento de Livre Esclarecido

Eu, Adair R. Bohn, Prefeito de Morro Reuter, aceito, de livre espontaneidade, participar da entrevista integrante do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do aluno Sinésio Geromir Klauck, orientado pelo Professor Dr. Guilherme Ribeiro de Macedo, intitulado "Incentivos em óleo diesel: política de fomento ao desenvolvimento rural em Morro Reuter/RS".

Cientes,


Adair Ricardo Bohn
 Prefeito
 Morro Reuter-RS

Adair R. Bohn



Sinésio G. Klauck



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Escola de Administração

Programa Nacional de Formação em Administração Pública /PNAP

Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Termo de Consentimento de Livre Esclarecido

Eu, Afonso C. Bastian, Secretário da Fazenda e Planejamento de Morro Reuter, aceito, de livre espontaneidade, participar da entrevista integrante do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do aluno Sinésio Geromir Klauck, orientado pelo Professor Dr. Guilherme Ribeiro de Macedo, intitulado "Incentivos em óleo diesel: política de fomento ao desenvolvimento rural em Morro Reuter/RS".

Cientes,

A large, stylized handwritten signature in black ink, which appears to read 'Afonso C. Bastian', is written over a horizontal line.

Afonso C. Bastian
Afonso C. Bastian
 Secretário da Fazenda

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'Sinésio G. Klauck', is written over a horizontal line.

Sinésio G. Klauck



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Escola de Administração


Programa Nacional de Formação em Administração Pública /PNAP

Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Termo de Consentimento de Livre Esclarecido

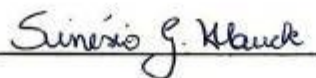
Eu, Evandro C. Knob, Extensionista Rural da Emater/Ascar de Morro Reuter, aceito, de livre espontaneidade, participar da entrevista integrante do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do aluno Sinésio Geromir Klauck, orientado pelo Professor Dr. Guilherme Ribeiro de Macedo, intitulado "Incentivos em óleo diesel: política de fomento ao desenvolvimento rural em Morro Reuter/RS".

Cientes,



Evandro C. Knob

Evandro Carlos Knob
ERNSI - SOCIAL
ASCAR/EMATER-RS



Sinésio G. Klauck



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Escola de Administração

Programa Nacional de Formação em Administração Pública /PNAP

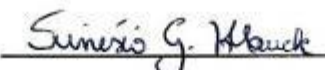
Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Termo de Consentimento de Livre Esclarecido

Eu, Fernanda Blume, Chefe do Departamento de Agricultura de Morro Reuter, aceito, de livre espontaneidade, participar da entrevista integrante do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do aluno Sinésio Geromir Klauck, orientado pelo Professor Dr. Guilherme Ribeiro de Macedo, intitulado "Incentivos em óleo diesel: política de fomento ao desenvolvimento rural em Morro Reuter/RS".

Cientes,


 Prefeitura Municipal de Morro Reuter
 FERNANDA BLUME
 Chefe de Departamento de Agricultura
 Fone: 51.3569-1602 / 3569-1155
 Fernanda Blume


 Sinésio G. Klauck



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Escola de Administração
Programa Nacional de Formação em Administração Pública /PNAP
Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Termo de Consentimento de Livre Esclarecido

Eu, Pedro J. Becker, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dois Irmãos e Morro Reuter e Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (COMDAGRO) de Morro Reuter, aceito, de livre espontaneidade, participar da entrevista integrante do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do aluno Sinésio Geromir Klauck, orientado pelo Professor Dr. Guilherme Ribeiro de Macedo, intitulado "Incentivos em óleo diesel: política de fomento ao desenvolvimento rural em Morro Reuter/RS".

Cientes,



Pedro J. Becker

Pedro J. Becker

PEDRO J. BECKER

Sinésio G. Klauck
Presidente

Sinésio G. Klauck

89 244 362 / 0001-31

**SINDICATO DOS TRABALHADORES
 RURAIS DE DOIS IRMÃOS**

RUA VICENTE PRIETO, 377
 CENTRO - CEP 96200

DOIS IRMÃOS - RS

**APÊNDICE F Termos de Consentimento: Representantes das Comunidades /
Agricultores**



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Escola de Administração

Programa Nacional de Formação em Administração Pública /PNAP

Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Lista de assinaturas de participação espontânea na Monografia de Especialização, intitulada "Incentivos em óleo diesel: política de fomento ao desenvolvimento rural em Morro Reuter/RS".

Maria Helena Linck

Representante Linha Quatro Cantos /Linha Cristo Rei/Grupo de Feirantes

José Luis Utzig

Representante Picada São Paulo / Birckenthal

Marcos Luis Molling

Representante São José do Herval / Muckenthal

Antônio Normélio Lauer

Representante Franckenthal

Egon Blume

Egon Blume

Representante Fazenda Padre Eterno

Alfredo Lehnen

Alfredo Lehnen

Representante Linha Görden, Grupo de Feirantes e Sindicato Rural

Guido Arnold

Guido Arnold

Representante Walachai / Batatenthal

Paulo Boll

Paulo Boll

Representante da Associação de Piscicultores e Linha Görden

Maria Lori Führ

Lori Maria Führ

Representante do Grupo de Mulheres de Morro Reuter

Entrevistas realizadas no mês de abril de 2015.